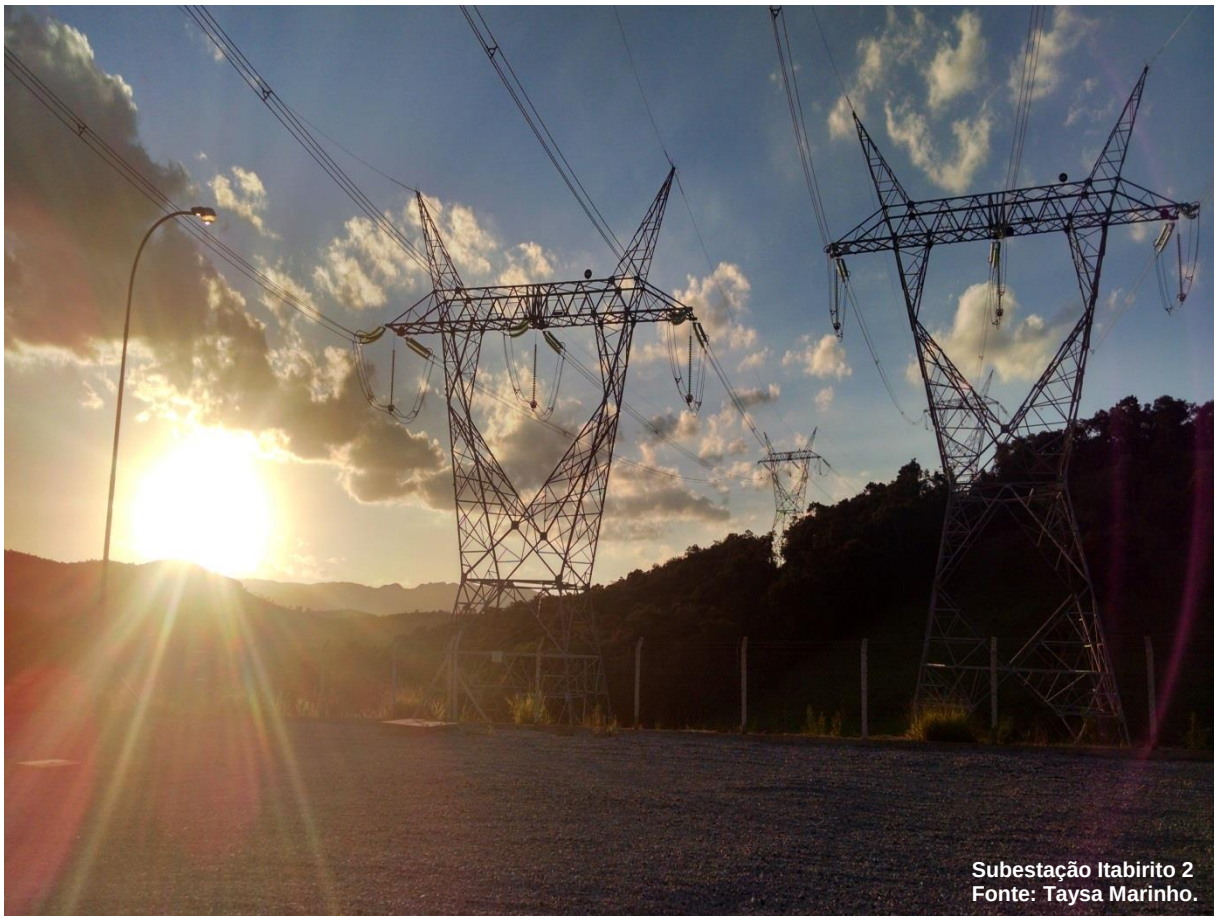


Subestação Itabirito 2
Fonte: Taysa Marinho.

Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental 2015– ANEEL

Apresentação

Objetivando o atendimento das normas estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a **Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (TAESA)** publica o 9º Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental de acordo com as exigências do Órgão Regulador e em conformidade com o Manual disponibilizado pela Agência. O Relatório está estruturado de forma unificada, contemplando as concessões incorporadas à TAESA, bem como as concessões cuja empresa possui a integralidade das ações. O documento foi confeccionado em 5 (cinco) dimensões: Geral, Governança Corporativa, Econômico-financeira, Social e Setorial, e Ambiental. Todas as informações constantes neste relatório foram apreciadas e avaliadas pelas respectivas áreas da Empresa, tendo então sido aprovadas pelo Conselho Fiscal e o Conselho de Administração da Companhia.

Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (TAESA)

Diretoria Executiva:

Diretor Geral
José Aloise Ragone Filho

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
João Procópio Campos Loures Vale

Diretor Técnico
Marco Antônio Resende Faria

Diretor de Desenvolvimento de Negócios
João Procópio Campos Loures Vale

Diretor Jurídico e Regulatório
Luciano de Araújo Ferraz (não estatutário)

Equipe Responsável pela Elaboração do Relatório:

Gliender Mendonça
Coordenador da Elaboração dos Relatórios de Responsabilidade Socioambientais
Gerente Regulatório e Institucional

Carlos Paiva – Gerência de Recursos Humanos

Daniel Lagos – Gerência Regulatória e Institucional

Marcio Barony – Gerência Regulatória e Institucional

Juliano Faria - Gerência de Gestão de Ativos

Lívia Bastos Soares – Gerência de Gestão de Ativos

Luciene Gomes – Gerência de Contabilidade e Tributação

Marcia Mascarenhas – Gerência de Recursos Humanos

Mariana Magalhães – Governança Corporativa

Rafaela Gunzburger – Assessoria de Relação com Investidores

Angélica De Luca - Gerência Regulatória e Institucional

Thiago Queiroz - Gerência de Contabilidade e Tributação

A elaboração do Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental 2015 ficou a cargo dos empregados da **Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (TAESA),** sendo coordenados pela Gerência Regulatória, área associada à Diretoria Jurídica e Regulatória da Companhia.

Sumário

1. Dimensão Geral 6
1.1 A Mensagem da Administração 6
1.2 Empresa 8
1.2.1 Missão 22
1.2.2 Visão 22
1.2.3 Princípios e Valores 22
1.3 Organização e Gestão 23
1.3.1 Mecanismos de Gestão 23
1.3.1.1 Sistema de Gestão Ambiental 23
1.3.1.2 Gestão de Pessoas 23
1.3.1.3 Gestão de Riscos 25
1.4 Responsabilidade com as partes interessadas 33
1.5 Indicadores Operacionais e de Produtividade 37
2. Dimensão Governança Corporativa 38
2.1 Informações Estatutárias 39
2.1.1 Capital Social 39
2.1.2 Acordo de Acionistas 39
2.1.3 Diretoria 39
2.1.4 Conselho de Administração 40
2.1.5 Conselho Fiscal 41
2.2 Código de Ética do Grupo TAESA. 41
3. Dimensão Econômico-financeira 43
4. Dimensão Social e Setorial 49
4.1 Indicadores Sociais Internos 50
4.2 Indicadores Sociais Externos 51
4.3 Indicadores do Setor Elétrico 54
5 Dimensão Ambiental 64
5.1 Sistema de Gestão Ambiental 64
5.2 Programas ambientais 71

1. Dimensão Geral

1.1 A Mensagem da Administração

Em 2015, a **Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (TAESA),** elevou seus ganhos de eficiência ao aperfeiçoar seus processos internos, que contemplam as mais variadas atividades técnicas, administrativas, de suporte e infraestrutura e gestão de recursos humanos.

A combinação de competências dos acionistas acrescidas à equipe da **TAESA,** que possui uma trajetória de sucesso na gestão de seus ativos e um quadro funcional de reconhecida excelência técnica administrativa, contribuíram para que a Companhia fosse reconhecida pela revista "Valor Econômico" como a "Melhor Empresa Brasileira do Setor Elétrico" de 2015.

A base de acionistas controladores da Companhia, composta pela CEMIG, como sócia operadora de reconhecida qualidade na gestão de ativos do setor elétrico, e pelo FIP COLISEU, como sócio de grande competência na dimensão financeira e de investimentos, contribuiu de forma relevante para os ganhos obtidos através da atuação nos fóruns de decisão da Alta Administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitês específicos).

Destaca-se ainda, a eficiência operacional e financeira da **TAESA**, que alinhada a uma estratégia de crescimento equilibrado entre o sucesso organizacional e o desempenho técnico e socioambiental, focado no retorno para o acionista, tanto no âmbito financeiro, quanto no operacional, fez com que a empresa obtivesse em 2015 uma margem EBITDA* consolidada ajustada de 85,7%, 1,9 *pp* acima da margem registrada em 2014.

Responsável social e ambientalmente, a **TAESA** zela pelo desenvolvimento sustentável, implantando ações e medidas em projetos de cunho social e esportivo, ampliando os conceitos de sustentabilidade e equidade junto à sociedade. Desta forma, objetiva a construção de um processo de conscientização e mudança de comportamento, para o resgate de valores em relação à conservação ambiental e consequente melhoria da qualidade de vida, de forma direta e indireta, garantindo às futuras gerações condições de usufruir de maneira sustentável os recursos naturais.

Ao atuar na condições acima descritas, a **TAESA** fortalece sua rede social em prol da sustentabilidade, gerando também valor para os seus Acionistas, Empregados e para toda a Sociedade.

* EBITDA ajustado é o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas, das despesas de depreciação e amortização e resultado de equivalência patrimonial.

Diretoria Executiva

1.2 Empresa

A apresentação do Relatório Socioambiental, referente ao ano 2015, com entrega até o dia 28 de abril de 2016, será feita de forma unificada, ou seja, contemplando as concessões incorporadas à TAESA, bem como as concessões cuja empresa possui a integralidade das ações, em consonância com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

A **TRANSMISSORA ALIANÇA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A. (TAESA)** lidera atualmente um dos maiores grupos de transmissão de energia elétrica do Brasil. Juntas, as companhias que integram o Grupo **TAESA** possuem mais de 9.830 km de linhas de transmissão construídas, integrantes da Rede Básica.

A Empresa se destaca pelo alto nível de conhecimento técnico e pelos elevados padrões gerenciais e operacionais, visando garantir um retorno satisfatório para seus acionistas e um ambiente de trabalho motivador para seus colaboradores.

A **TAESA** tornou-se uma concessionária de transmissão de energia elétrica após incorporar, em 31 de dezembro de 2010, as empresas **Novatrans Energia S.A. (NOVATRANS)**, **TSN - Transmissora Sudeste Nordeste S.A. (TSN)** e **Empresa de Transmissão de Energia do Oeste S.A. (ETEO)**, com a devida anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), emitida por meio da Resolução Autorizativa nº 2.627, de 30 de novembro de 2010.

Em momento seguinte, especificamente a partir de 30 de novembro de 2011, as ações que compõem o capital social da **NORDESTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. (NTE)** foram transferidas integralmente para a **TAESA**, em virtude de processo de aquisição realizado junto a Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., devidamente autorizado pela ANEEL através da Resolução Autorizativa nº 3.184, de 1 de novembro de 2011. A NTE, concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, é detentora da concessão formalizada por meio do Contrato de Concessão nº 002/2002 e respectivos Aditivos.

Na mesma data, qual seja, 30 de novembro de 2011, a metade do capital social da UNISA União de Transmissoras de Energia Elétrica (UNISA), detentora das concessões de transmissão de energia elétrica **STE Sul Transmissora de Energia S/A (STE), ATE Transmissora de Energia S/A (ATE), ATE II Transmissora de Energia S/A (ATE II) e ATE III Transmissora de Energia S/A (ATE III)**, foi transferida à TAESA, após anuência da ANEEL, expedida por meio da Resolução Autorizativa nº 3.198/2011.

Por sua vez, em 03 de julho de 2012, o restante do capital social da UNISA, detentora das concessões de transmissão de energia elétrica STE, ATE, ATE II e ATE III, conforme relatado no parágrafo anterior, foi transferido para a **TAESA**, após anuência da ANEEL, expedida por meio da Resolução Autorizativa nº 3.506 de 29 de maio de 2012.

Em 12 de junho de 2012, foi constituída a **SÃO GOTARDO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. (SÃO GOTARDO)**, em decorrência da participação da **TAESA** no processo licitatório da ANEEL nº 005/2012. A SÃO GOTARDO, concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica é detentora da concessão formalizada por meio do Contrato de Concessão nº 024/2012, tratando-se de uma subsidiária integral da Companhia.

Buscando a otimização de sua estrutura societária e operacional, em 31 de janeiro de 2013, a Companhia incorporou as seguintes subsidiárias integrais: UNISA e NTE. Em decorrência dessas incorporações, devidamente autorizadas pela ANEEL através da Resolução Autorizativa nº 3.845, de 15 de janeiro de 2013 e publicada na imprensa oficial em 17 de janeiro de 2013, a Companhia sucedeu as mencionadas empresas em todos os seus direitos e obrigações, nos termos da regulamentação aplicável. Cabe salientar que, na mesma data, houve a incorporação pela UNISA de suas subsidiárias integrais ATE e STE. Portanto, em 31 de janeiro de 2013, as concessões ATE, NTE e STE passaram a integrar a estrutura da TAESA, sendo as referidas concessões incorporadas pela Companhia. Em razão dessas incorporações, a ATE II e ATE III tornaram-se subsidiárias integrais da TAESA e passaram a responder diretamente à Companhia.

Posteriormente, em 31 de maio de 2013, a totalidade das participações acionárias detidas pela CEMIG e CEMIG GT, direta ou indiretamente, em concessionárias de transmissão de energia elétrica em conjunto denominadas “Grupo TBE” foi transferida para a TAESA. São as concessões: (i) Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (“EATE”), na qual a CEMIG possuía participação equivalente a 49,98% do capital social; (ii) Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (“ECTE”), na qual a CEMIG possuía participação equivalente a 19,09% do capital social; (iii) Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (“ENTE”), na qual a CEMIG possuía participação equivalente a 49,99% do capital social; (iv) Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (“ERTE”), na qual a CEMIG possuía participação equivalente a 49,99% do capital social; (v) Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (“ETEP”), na qual a CEMIG possuía participação equivalente a 49,98%; (vi) Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (“EBTE”), na qual a CEMIG possuía participação equivalente a 74,49% do capital social (considerando que a CEMIG GT, subsidiária integral da CEMIG, dispõe de 49% das ações da EBTE e que a EATE, na qual a CEMIG detinha participação equivalente a 49,98%, dispõe de 51% do

capital social da EATE); (vii) Sistema Catarinense de Transmissão S.A. ("STC"), na qual a CEMIG possuía participação equivalente a 39,98% do capital social (considerando que 80% das ações da STC pertencem à EATE, e que a CEMIG possuía 49,98% das ações da EATE); (viii) Empresa Santos Dumont de Energia S.A. ("ESDE"), na qual a CEMIG possuía participação equivalente a 49,98% do capital social (considerando que 99,99% do capital social da ESDE pertence à ETEP, e que a CEMIG detinha 49,98% das ações da ETEP); (ix) Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Lumitrans"), na qual a CEMIG possuía participação equivalente a 39,98% do capital social (considerando que 80% do capital social da Lumitrans pertence à EATE, e que a CEMIG possuía 49,98% das ações da EATE); e (x) Empresa Serrana de Transmissão de Energia S.A. ("ETSE"), na qual a CEMIG possuía participação equivalente a 19,09% do capital social (considerando que 99,90% do capital social da ETSE pertence à ECTE, e que a CEMIG possuía 19,09% das ações da ECTE). A Resolução Autorizativa ANEEL nº 4.029, de 09 de abril de 2013 e publicada na imprensa oficial em 14 de abril de 2013, anuiu o processo acima descrito.

Alguns meses despois, especificamente em 28 de junho de 2013, foi realizada a incorporação, pela Companhia, de sua subsidiária integral ATE II. Em decorrência dessa incorporação, devidamente autorizada pela ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 4.154, de 18 de junho de 2013 e publicada no Diário Oficial da União ("DOU") em 27 de junho de 2013, a Companhia sucedeu à mencionada empresa em todos os seus direitos e obrigações, nos termos da regulamentação aplicável.

Em 17 de outubro de 2013, a Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. ("EATE"), empresa coligada da TAESA, concluiu a aquisição da totalidade da participação acionária detida pela Orteng Equipamentos e Sistemas S.A. ("Orteng"), no capital social das transmissoras (i) Companhia Transleste de Transmissão, (ii) Companhia Transirapé de Transmissão e (iii) Companhia Transudeste de Transmissão ("Transmissoras"), após anuência da ANEEL, expedida por meio da Resolução Autorizativa nº 4.366 de 08 de outubro de 2013. A EATE, deste modo, tornou-se titular de 10% do capital social de cada uma das Transmissoras.

Ato seguinte, em 18 de dezembro de 2013, foi constituída a MARIANA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. (MARIANA), em decorrência da participação bem sucedida da TAESA no Leilão ANEEL nº 013/2013. A MARIANA, concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica é detentora da concessão formalizada por meio do Contrato de Concessão nº 011/2014, firmado entre a União, por intermédio da ANEEL, e a MARIANA, tratando-se esta de uma subsidiária integral da Companhia.

Diante desse histórico, a **TAESA** tornou-se a titular dos seguintes contratos de concessão:

1. Contratos de Concessão nº 097/2000 (TSN), nº 006/2004 (Munirah), nº 001/2002 (GTESA) e nº 087/2002 (PATESA).

Concessões outorgadas originalmente à Transmissora Sudeste Nordeste ("TSN"), empreendimento Interligação Sudeste Nordeste em 500kV, detentora do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 097/2000. A TSN adquiriu, em 31 de março de 2006, a concessionária de serviços públicos de transmissão de energia elétrica Munirah Transmissora de Energia S.A. ("Munirah"). Na mesma data, a TSN procedeu à incorporação da Munirah, que foi autorizada pela ANEEL, através da Resolução Autorizativa nº 479, de 13 de março de 2006. Dessa forma, a TSN passou a ser detentora do Contrato de Concessão nº 006/2004. Em 30 de novembro de 2007, a TSN adquiriu também (i) 100 % do capital social da Goiana Transmissora de Energia S. A ("GTESA"), detentora da concessão da Linha de Transmissão Goianinha-Mussuré II, 230 kV, conforme Contrato de Concessão nº 001/2002, e (ii) 100% do capital social da Paraíso Açu II Transmissora de Energia S.A. ("PATESA"), detentora da concessão da Linha de Transmissão Paraíso-Açú II, 230 kV, Contrato de Concessão nº 087/2002. Na mesma data da aquisição, a TSN procedeu à incorporação da GTESA e da PATESA, que foi autorizada pela ANEEL, por meio da emissão da Resolução Autorizativa nº 1.118, de 27 de novembro de 2007.

A extinta TSN (doravante denominada Concessão nº 097/2000) foi constituída em outubro de 2000, para a exploração da concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica e implantação, operação e manutenção das instalações da Interligação Sudeste Nordeste. A TSN foi fundada pela *Enelpower S.p.A. ("Enelpower")* e pela *Inepar Energia S.A. ("Inepar")*, que se organizaram sob forma de consórcio para participar do processo licitatório que resultou na outorga da concessão de transmissão à TSN. O controle da TSN foi assumido pela sociedade italiana Terna S.p.A. , em dezembro de 2003 e, em junho de 2006, o referido controle foi transferido à sociedade *holding* do Grupo Terna do Brasil, qual seja Terna Participações S.A., que, por sua vez, foi adquirida pela **TAESA** em novembro de 2009. O Contrato de Concessão nº 097/2000, assinado especificamente em 20 de dezembro de 2000, se refere à Linha de Transmissão Sudeste-Nordeste. A interligação Sudeste-Nordeste compreende aproximadamente 1.069 km de linhas de transmissão em 230 e em 500kV, que se estendem da Subestação Serra da Mesa, em Goiás, até a Subestação de Sapeaçu, na Bahia, e compreende 7 (sete) Subestações, sendo 4 (quatro) delas de propriedade da Concessão nº 097/2000. A operação comercial de parte

predominante da interligação Sudeste-Nordeste iniciou-se em março de 2003, tendo a linha se tornado inteiramente operacional, incluindo um compensador estático de reativos e algumas linhas de 230 e 500 kV, em junho de 2003.

Até a sua incorporação pela **TAESA** em 31 de dezembro de 2010, a Concessão nº 097/2000 era detentora de 3 (três) concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica, descritas nos 2 (dois) itens a seguir:

- Em março de 2006, com a aquisição da Munirah Transmissora de Energia S.A. (Munirah), detentora do Contrato de Concessão nº 006/2004, a Concessão nº 097/2000 tornou-se proprietária de 106 km adicionais de linhas de transmissão de 500 kV e mais 1 (uma) Subestação compartilhada. A transferência do controle acionário da Munirah foi aprovada pela ANEEL, através da Resolução Autorizativa nº 479 de 13 de março de 2006. A aquisição da Munirah justificou-se na medida em que sua rede de transmissão é uma extensão da rede da Concessão nº 097/2000, interligando a Subestação de Sapeaçu (Bahia) com a Subestação de Camaçari II (Bahia), fechando, assim, o anel de transmissão Norte-Nordeste. As instalações de transmissão da Munirah entraram em operação comercial em 30 de outubro de 2005, com a emissão do respectivo termo de liberação provisória pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”).

- Em novembro de 2007, a ANEEL anuiu por meio da Resolução Autorizativa nº 1.118, à aquisição e à incorporação, pela Concessão nº 097/2000, das concessionárias de transmissão Goiana Transmissora de Energia S.A. (GTESA), detentora do Contrato de Concessão nº 001/2002, tendo como objeto a concessão da Linha de Transmissão de 230 kV, denominada Goianinha – Mussuré II Circuito 3, com extensão de 52 km, que interliga a Subestação de Goianinha, no Estado de Pernambuco, à Subestação de Mussuré II, no Estado da Paraíba; e Paraíso-Açu II Transmissora de Energia S.A. (PATESA), detentora do Contrato de Concessão nº 087/2002, tendo como objeto a concessão da Linha de Transmissão Santa Cruz - Paraíso-Açu II, de 230 kV, com extensão de 146 km, que interliga a Subestação Açu II, no Município de Açu à Subestação Paraíso, no Município de Santa Cruz, ambos localizados no Rio Grande do Norte.

2. Contrato de Concessão nº 095/2000.

Concessão outorgada originalmente à Novatrans Energia S.A. (**NOVATRANS)**, empreendimento Interligação Norte-Sul II, 500 kV.

A extinta NOVATRANS (doravante denominada Concessão nº 095/2000) foi constituída em outubro de 2000, para a exploração da concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, implantação, operação e manutenção das instalações da Rede Básica integrantes do grupo C – Interligação Norte-Sul II. A Concessão foi fundada pela *Civilia* Engenharia S.A. (Civilia), pela Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (CCCC) e pela Camargo Corrêa Equipamentos (CCES), que se organizaram sob forma de consórcio para fins de participação no processo licitatório, que resultou na outorga da concessão de transmissão à Novatrans.

A interligação Norte-Sul II iniciou a operação comercial em abril de 2004 e tem origem na Subestação de Imperatriz, no Maranhão, e término na Subestação de Samambaia, no Distrito Federal, compreendendo aproximadamente 1.278 km de linhas de 500 kV e 6 (seis) Subestações, todas compartilhadas.

3. Contrato de Concessão nº 040/2000.

Concessão outorgada originalmente à Empresa de Transmissão do Oeste S.A. (**ETEO)**, empreendimento Linha de Transmissão Taquaraçú - Assis - Sumaré, em 440 kV.

A extinta Empresa de Transmissão de Energia do Oeste S.A. (ETEO), doravante denominada Concessão nº 040/2000, foi constituída em 10 de março de 2000 para a exploração da concessão de serviço de transmissão de energia elétrica e implantação, operação e manutenção das instalações da Rede Básica (Contrato de Concessão nº 040/2000). A Concessão foi fundada pela *Earth Tech* Brasil Ltda. e pela *Tyco Group* S.A.R.L. e recebeu a outorga de sua concessão mediante Decreto de 19 de abril de 2000, publicado no Diário Oficial de 20 de abril de 2000, pelo prazo de 30 (trinta) anos.

Em 17 de setembro de 2007, a Lovina Participações Ltda., subsidiária integral da Terna Participações S.A. celebrou contrato para aquisição de 100% do capital social da ETEO.

Em 30 de maio de 2008, após a devida aprovação pela ANEEL, através da Resolução Autorizativa nº 1.362, de 13 de maio de 2008, a Lovina Participações concretizou a operação de aquisição de 100% do capital social da Concessão 040/2000, anteriormente detido pelas empresas *Earth Tech Brazil* (0,01%) *TycoGroup* (99,99%). Em 02 de junho de 2008, a Concessão nº 040/2000 incorporou a Lovina Participações Ltda.

A Concessão possui 505 km de linhas de transmissão de 440 kV e 3 (três) subestações. As linhas se estendem entre as Subestações de Taquaruçu, Assis e Sumaré, todas no estado de São Paulo, e foram energizadas em outubro de 2001.

4. Contrato de Concessão nº 002/2002.

Concessão outorgada originalmente à Nordeste Transmissora de Energia S.A. (NTE), compreendendo as Linhas de Transmissão Angelim – Campina Grande II, em 230 kV e Xingó – Angelim II, em 500 kV.

O contrato de concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica n.º 002/2002, foi celebrado com a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") em 21 de janeiro de 2002, vigente por 30 anos, contados da assinatura do contrato. As linhas de transmissão e demais instalações que compõem o Sistema Interligado Nacional ("SIN"), acima mencionados estão em operação desde janeiro de 2004, conforme Ofício 38/2004, emitido pela ANEEL.

Esta concessão é compreendida pelas linhas de transmissão supracitadas e abrangem os Estados do Paraíba, Pernambuco e Sergipe.

- Origem em Angelim (PE) com destino a Campina Grande (PB), circuito simples de 230 kV, com distância de 186 km;
- Origem em Xingó (SE) com destino a Angelim (PE), circuito simples de 500 kV, com a distância de 200 km; e

5. Contrato de Concessão nº 081/2002.

Concessão outorgada originalmente à Sul Transmissora de Energia S.A. (STE), relativamente ao empreendimento Uruguaiana – Santa Rosa, em 230 kV.

A empresa foi criada a partir da adjudicação pela Abengoa do lote "B" do Leilão ANEEL nº 002/2002. Suas atividades estão reguladas pelo Contrato de Concessão nº 081/2002 para construção, operação e manutenção dos trechos de linhas de transmissão em 230 kV dos trechos Uruguaiana – Maçambará, Maçambará – Santo Ângelo e Santo Ângelo – Santa Rosa. O referido contrato foi firmando entre a STE e a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), delegada do Ministério de Minas e Energia ("MME"), com prazo de 30 anos de concessão.

Esta concessão é compreendida pela linha de transmissão supracitada abrange o Estado do Rio Grande do Sul.

Tais circuitos estão dispostos da seguinte forma:

- Origem em Uruguaiana (RS) com destino a Maçambará (RS), circuito simples de 230 kV, com distância de 130 km;
- Origem em Maçambará (RS) com destino a Santo Ângelo (RS), circuito simples de 230 kV, com a distância de 205 km; e
- Origem em Santo Ângelo (RS) com destino a Santa Rosa (RS), circuito simples de 230 kV, com a distância de 54 km.

6. Contrato de Concessão nº 003/2004.

Concessão outorgada originalmente à ATE Transmissora de Energia S.A. (ATE), relativamente ao empreendimento Londrina – Araraquara, em 525 kV.

A empresa foi criada a partir da adjudicação pela Abengoa do lote "A" do Leilão ANEEL nº 001/2003. Suas atividades estão reguladas pelo Contrato de Concessão nº 003/2004, cujo objeto consiste na construção, operação e manutenção dos trechos de linhas de transmissão em 525 kV dos trechos Londrina - Assis e Assis – Araraquara pela Agência. O referido contrato foi firmando entre a ATE e a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), delegada do Ministério de Minas e Energia ("MME"), com prazo de 30 anos de concessão.

Esta concessão é compreendida pela linha de transmissão supracitada abrange os Estados do Paraná e de São Paulo.

Tais circuitos estão dispostos da seguinte forma:

- Origem em Londrina (PR) com destino a Assis (SP), circuito 1, com a distância de 120 km; e
- Origem Assis (SP) com destino a Araraquara (SP), circuito 1, com distância de 250 km.

7. Contrato de Concessão nº 011/2005.

Concessão outorgada originalmente à ATE II Transmissora de Energia S.A. (ATE II), relativamente ao empreendimento Colinas – Sobradinho, em 500 kV.

A empresa foi criada a partir da adjudicação pela Abengoa do lote "A" do Leilão ANEEL 002/2004. Suas atividades estão reguladas pelo Contrato de Concessão nº 011/2005, cujo objeto se resume na construção, operação e manutenção dos trechos de linhas de transmissão em 500 kV dos trechos Colinas - Ribeiro Gonçalves, Ribeiro Gonçalves – São João do Piauí e São João do Piauí – Sobradinho. O referido contrato foi firmando entre a ATE II e a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), delegada do Ministério de Minas e Energia ("MME"), com prazo de 30 anos de concessão.

Esta concessão é compreendida pela linha de transmissão supracitada abrange os Estados da Bahia, Maranhão, Piauí e Tocantins..

Tais circuitos estão dispostos da seguinte forma:

- Origem em Colinas (TO) com destino a Ribeiro Gonçalves (PI), circuito 1, com a distância de 379 km;
- Origem em Ribeiro Gonçalves (PI) com destino a São João do Piauí (PI), circuito 1, com distância de 353 km; e
- Origem em São João do Piauí (PI) com destino a Sobradinho (BA), circuito 2, com a distância de aproximadamente 210 km.

8. Contrato de Concessão nº 001/2006.

Concessão outorgada à ATE III Transmissora de Energia S.A. (ATE III), relativamente ao empreendimento Colinas – Itacaiúnas, em 500kV, Itacaiúnas – Marabá, também em 500 kV, e ao empreendimento Carajás – Itacaiúnas, em 230 kV.

A empresa foi criada a partir da adjudicação pela Abengoa do lote "A" do Leilão ANEEL 001/2005. Suas atividades estão reguladas pelo Contrato de Concessão nº 001/2006, cujo objeto consiste na construção, operação e manutenção dos trechos de linhas de transmissão em 230 kV e 500 kV dos trechos Itacaiúnas - Colinas, Itacaiúnas - Marabá e Itacaiúnas – Carajás. O referido contrato foi firmando entre a ATE III e a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), delegada do Ministério de Minas e Energia ("MME"), com prazo de 30 anos de concessão.

O sistema compreendido pelas linhas de transmissão supracitadas abrangem os Estados do Pará e do Tocantins..

Tais circuitos estão dispostos da seguinte forma:

- Origem em Itacaiúnas (PA) com destino a Colinas (TO), circuito simples de 500 kV, com distância de 304 km;
- Origem em Marabá (TO) com destino a Itacaiúnas (PA), circuito duplo de 500 kV, com a distância de 40 km (cada circuito); e
- Origem em Itacaiúnas (PA) com destino a Carajás (PA), circuito duplo 230 kV, com a distância de 110 km (cada circuito).

9. Contrato de Concessão nº 024/2012.

Concessão outorgada à São Gotardo Transmissora de Energia S.A., relativamente ao empreendimento Subestação São Gotardo II.

A empresa foi criada a partir da adjudicação pela TAESA do lote "E" do Leilão ANEEL nº 005/2012. Suas atividades estão reguladas pelo Contrato de Concessão nº 024/2012, cujo objeto consiste na construção, operação e manutenção da Subestação São Gotardo II, com banco de autotransformadores 345/138kV, (3+1)

unidades de 100 MVA, e transformador defasador de 138/138 kV de 300MVA. O referido contrato foi firmando entre a SÃO GOTARDO e a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), delegada do Ministério de Minas e Energia ("MME"), com prazo de 30 anos de concessão.

10. Contrato de Concessão nº 011/2014.

Concessão outorgada à Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A., relativamente ao empreendimento Itabirito 2 - Vespasiano 2, em 500 kV.

A empresa foi criada a partir da adjudicação pela TAESA do lote "A" do Leilão ANEEL nº 013/2013. Suas atividades estão reguladas pelo Contrato de Concessão nº 011/2014, cujo objeto consiste na construção, operação e manutenção das linhas de transmissão em 500 kV dos trechos Itabirito 2 – Vespasiano 2. O referido contrato foi firmando entre a MARIANA e a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), delegada do Ministério de Minas e Energia ("MME"), com prazo de 30 anos de concessão.

O sistema compreendido pela linha de transmissão supracitada, ainda em construção e com previsão para entrada em operação em maio de 2017, abrange o Estado de Minas Gerais.

Tal circuito estará disposto da seguinte forma:

- Origem em Itabirito 2 (MG) com destino a Vespasiano 2 (MG), circuito simples de 500 kV, com distância de aproximadamente 82 km.

Vale ressaltar que a **TAESA** participa, ainda, do capital social das seguintes concessionárias de transmissão de energia elétrica:

(i) **ETAU – EMPRESA DE TRANSMISSÃO DO ALTO URUGUAI S.A. (ETAU)**, detendo 52,5838% do seu capital social, sociedade que tem por objeto a operação e exploração da concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica e a implantação, operação e manutenção de instalações da Linha de Transmissão desde Campos Novos até Santa Marta, em 230kV, com 188 km de extensão e 30 anos de concessão, conforme Contrato de Concessão nº 082/2002, participação esta transferida para a Terna Participações S.A. (atual **TAESA**), conforme Resolução Autorizativa nº 1.154, de 18 de dezembro de 2007; e

(ii) **BRASNORTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. (Brasnorte)**, detendo 38,6645% do capital social da sociedade, que tem por objeto a operação e exploração da concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica e a implantação, operação e manutenção de instalações da Linha de Transmissão Juba-Jauru e Linha de Transmissão Brasnorte–Nova Mutum, em 230kV,

totalizando 402 km de extensão, e 30 anos de concessão, conforme Contrato de Concessão nº 003/2008, com sua entrada em operação em setembro de 2009.

Com relação às empresas em que a **TAESA** detém participação acionária, segue, abaixo, quadro simplificado, detalhando os percentuais de participação – ano base: 2015. (Verificar se os percentuais continuam os mesmos)

SPE	ACIONISTAS	Percentuais de Participação (%)
BRASNORTE	Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	38,6645
	Eletrobrás Eletronorte	49,7115
	Bimetal Energia Ltda.	11,6240
		100
ETAU	Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	52,58
	Eletrobrás Eletrosul	27,42
	DME Energética S.A.	10
	CEEE – GT	10
		100
ECTE	Alupar Investimento S.A.	50,022240%
	Centrais Elétricas de Santa. Catarina - CELESC	30,884967%
	Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	19,092792%
		100
ETEP	Alupar Investimento S.A.	50,015547%
	Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	49,984453%
		100
ENTE	Alupar Investimento S.A.	50,011057%
	Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	49,988943%

SPE	ACIONISTAS	Percentuais de Participação (%)
		100
EATE	Alupar Investimento S.A.	50,01762%
	Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	49,98238%
		100
ERTE	Alupar Investimento S.A.	21,959469%
	Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	21,947647%
	Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	18,076643%
	Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.	38,016241%
		100
EBTE	Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.	51,000000%
	Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	49,000000%
		100

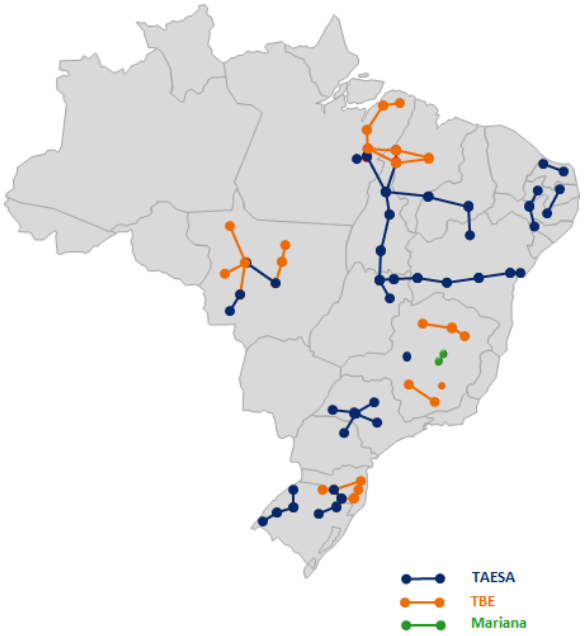
Para uma melhor visualização das concessões que integram o Grupo **TAESA**, apresenta-se o quadro a seguir, com os principais detalhes destes Contratos de Concessão:

QUADRO DETALHADO DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO DO GRUPO TAESA

Concessionária	Contrato de Concessão	Empreendimento	Término da Concessão
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	003/2008	LT Jauru – Juba CD 230 kV SE Juba 230/138Kv LT Brasnorte – Nova Mutum CD 230 kV SE Brasnorte 230/138Kv	17/3/2038
TAESA	095/2000	Interligação Norte – Sul II	20/12/2030
TAESA	006/2004	LT Camaçari II – Sapeaçu	18/2/2034
TAESA	097/2000	Interligação Sudeste – Nordeste	20/12/2030
TAESA	040/2000	LT Taquaruçu – Assis – Sumaré	12/5/2030
ETAU - Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.	082/2002	LT Campos Novos – Lagoa Vermelha – Santa Marta	18/12/2032
TAESA	001/2002	LT Goianinha – Mussuré II C3	21/01/2032
TAESA	087/2002	LT Paraíso – Açú	11/12/2032
TAESA	002/2002	LT Xingó – Angelim II 500Kv LT Angelim – Campina Grande II 230Kv	21/01/2032
TAESA	081/2002	LT Uruguaiana – Santa Rosa	01/07/2032
TAESA	003/2004	LT Londrina – Araraquara	30/07/2033
TAESA	011/2005	LT Colinas – Sobradinho 500 kV	15/03/2035
ATE III	001/2006	LTMarabá – Colinas 500 kV LT Itacaiúnas– Carajás 230 kV	27/04/2036
São Gotardo	024/2012	SE São Gotardo	27/08/2042
EATE	042/2001	LT Tucuruí – Presidente Dutra	12/06/2031
EBTE	011/2008	LTs Juína – Brasnorte; Juba – Brasnorte; Parecis – Brasnorte; N. Mutum – Sorriso - Sinop	16/10/2038
ECTE	088/2000	LT Campos Novos - Blumenau	01/11/2030
ENTE	085/2002	LT Tucuruí – Açailândia	11/12/2032
ERTE	083/2002	LT Vila do Conde – Castanhal- Santa Maria	11/12/2032
ESDE	025/2009	SE_Santos Dumont	19/11/2039

ETEP	043/2001	LT Vila do Conde - Tucuruí	12/06/2031
ETSE	006/2012	LTs 230 KV SE Abdon Batista	10/05/2042
LUMITRANS	007/2004	LT Machadinho – Campos Novos	18/02/2034
STC	006/2006	LT Barra Grande – Lages – Rio do Sul	27/04/2036
TRANLESTE	009/2004	SE Montes Claros - SE Irapé	18/02/2034
TRANSUDESTE	005/2005	SE Itutinga - SE Juiz de Fora	04/03/2035
TRANSIRAPÉ	012/2005	SE Irapé - SE Araçuaí 2	15/03/2035
MARIANA	011/2014	LT Itabirito 2 – Vespasiano 2 CS 500 KV	02/05/2044

Os empreendimentos explorados pela **TAESA** estão distribuídos sobre o território brasileiro, conforme apresentado na figura abaixo:



1.2.1 Missão

A **TAESA** tem como missão, transmitir energia elétrica com excelência, de forma contínua e eficiente, garantindo rentabilidade e sustentabilidade.

1.2.2 Visão

Até o final de 2017, a TAESA pretende ser a transmissora de energia elétrica do setor privado brasileiro com maior valor de mercado, alcançando esta meta por meio da efetivação de um crescimento sustentável e com excelência no quesito eficiência operacional.

1.2.3 Princípios e Valores

- Transparência
- Comportamento Ético e Respeitoso
- Segurança
- Foco no Resultado
- Sustentabilidade
- Espírito de Excelência
- Valorização dos funcionários
- Comprometimento
- Inovação

- Preservação do Meio Ambiente

1.3 Organização e Gestão

O processo de gestão das concessões é estabelecido por meio das diretrizes da TAESA. A TAESA possui 1 (uma) Diretoria Técnica subdividida em 4 (quatro) Gerências de Manutenção, 1 (uma) Gerência de Operação, 1 (uma) Gerência de Engenharia de Operação e Manutenção.

1.3.1 Mecanismos de Gestão

Dentre os diversos modelos existentes no mercado, inerentes à Gestão de Processos, a **TAESA** adota os melhores mecanismos de gestão, de forma a refinar, controlar e estabelecer procedimentos internos que agreguem confiança e padronização de suas atividades.

1.3.1.1 Sistema de Gestão Ambiental

Em consonância com as melhores práticas sustentáveis adotadas pelas grandes companhias nacionais e internacionais, a **TAESA** busca constantemente o enquadramento de suas atividades no Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

Por meio desta ferramenta é possível obter melhorias contínuas dos serviços executados pela Companhia, possibilitando o seu desenvolvimento e provendo soluções para a minimização de suas necessidades ambientais.

1.3.1.2 Gestão de Pessoas

O processo de desenvolvimento dos colaboradores da **TAESA** deve ser compreendido como uma estratégia de negócios e parte integrante do seu modelo de gestão. Todo investimento em torno deste tema tem como função estratégica assegurar, no presente e no futuro, a disponibilidade das competências requeridas para prover a liderança dos negócios.

Por meio do investimento contínuo no crescimento e desenvolvimento dos colaboradores, eles estarão preparados para criar e oferecer os melhores resultados para o negócio.

Além disso, as estratégias de Recursos Humanos resumem um conjunto de princípios, conceitos e um ciclo de ações que visam ao desenvolvimento, à qualidade de vida, a motivação dos colaboradores, e por consequência, o sucesso da Companhia.

A **TAESA** assegura a todos os seus empregados, de forma ética e transparente, igualdade de chances, respeito à diversidade, a possibilidade de desenvolvimento de uma carreira sólida, remuneração compatível com o mercado, benefícios atraentes em um ambiente motivador e desafiador e, ainda, atua como facilitadora do fluxo de informações, promovendo a comunicação objetiva e direta, de mão dupla, respeitosa e transparente.

Atração e retenção de talentos

A **TAESA** acredita que as pessoas são elementos impulsionadores da organização, capazes de dotá-las de inteligência e aprendizados indispensáveis a sua constante renovação e competitividade em um ambiente de mudanças e desafios. Assim, as pessoas alcançam seu crescimento profissional utilizando seus talentos para enfrentar situações de trabalho desafiadoras.

Com base nesta premissa, a **TAESA** adotou a prática do Recrutamento Interno, mediante a qual, antes de buscar novos profissionais no mercado, as oportunidades são disponibilizadas para seus colaboradores, promovendo reais oportunidades de crescimento e desenvolvimento. Com essa prática, a empresa incentiva o crescimento profissional, retém seus talentos e valoriza seu capital humano.

Capacitação

A Política de Capacitação da **TAESA** tem por objetivo geral, promover e prover ações e estratégias de aprendizagem que possibilitem aos colaboradores a aquisição e o aprimoramento de competências, habilidades e conhecimentos que contribuam para o seu desenvolvimento profissional, refletindo a valorização do indivíduo e respondendo aos padrões de qualidade e produtividade necessários ao atendimento da missão e visão da Companhia.

A **TAESA** pretende ampliar ainda mais as ações de capacitação, incentivando e apoiando o colaborador em suas iniciativas de capacitação voltadas para o desenvolvimento das competências institucionais e individuais.

Plano de Cargos & Salários

A política de remuneração da **TAESA** tem por objetivo definir e manter critérios equitativos de valorização e desenvolvimento, visando ao equilíbrio competitivo interno e externo das suas estruturas de cargos e salários, bem como de seu plano de benefícios. Para tanto, a Companhia conta com uma estrutura profissional própria de apoio executivo, contando com o suporte de consultorias externas independentes e reconhecidas no mercado. A estrutura de cargos adotada pela **TAESA** está alinhada aos salários oferecidos no setor.

Os colaboradores fazem *jus*, ainda, a uma remuneração variável, observada e alinhada ao resultado financeiro da Companhia, em conjunto com o atendimento em nível acima das expectativas das responsabilidades desenhadas para seus cargos.

Processos de Comunicação

A **TAESA** acredita que a comunicação eficaz é um dos mais importantes fatores de sucesso das grandes organizações. Por isso, com o objetivo de estar cada vez mais próxima de seus colaboradores, a empresa investe alto nos processos de comunicação, implantando diversos veículos que permitem o fortalecimento do vínculo e da confiança entre a empresa e os funcionários, criando uma cultura de compartilhamento de informações em todos os níveis.

Segurança do Trabalho

Buscando comprometer seus colaboradores com a cultura de segurança, um dos principais pilares da Companhia, em 2015 a **TAESA** promoveu diversos cursos de capacitação e atualização em normas de segurança e direção defensiva.

Os indicadores de segurança, que servem de subsídio para análise de Segurança, permitem planejar ações de forma a prevenir acidentes.

1.3.1.3 Gestão de Riscos (valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma).

Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração, incluindo o risco de mercado (inclusive risco de moeda, de taxa de juros e outros riscos operacionais), de crédito e de liquidez.

A Companhia e suas controladas não contratam nem negociam instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

Gestão do risco de capital

A Companhia e suas controladas administram seus capitais para assegurar que possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos, instrumentos financeiros derivativos e debêntures, respectivamente, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido).

Categorias de instrumentos financeiros relevantes- reais/mil

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Ativos financeiros				
Mensurados a valor justo por meio do resultado				
- Caixa e equivalentes de caixa	132.441	101.853	76.687	64.190
- Títulos e valores mobiliários	82.832	83.429	56.783	83.429
- Instrumentos financeiros derivativos	258.133	65.343	258.133	65.343
Empréstimos e recebíveis				
- Títulos e valores mobiliários		-		-
- Clientes	178.325	217.533	166.275	203.479
- Ativo financeiro	6.205.183	6.235.113	5.530.834	5.592.246
Mantidos até o vencimento				
- Títulos e valores mobiliários	5.140	5.932	4.571	5.932
	6.862.054	**6.709.203**	**6.093.283**	**6.014.619**
Passivos financeiros				
Mensurados a valor justo por meio de resultado				
- Empréstimos e financiamentos	619.204	528.453	619.204	528.453

Outros passivos financeiros				
- Fornecedores	33.712	37.133	30.528	33.182
- Empréstimos e financiamentos	65.094	66.798	47.950	47.083
- Debêntures	2.988.247	3.250.143	2.988.247	3.250.143
	3.706.257	**3.882.527**	**3.685.929**	**3.858.861**

Risco de mercado

A Companhia e suas controladas tem exposição a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros. A Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros derivativos para algumas transações com o objetivo de administrar sua exposição ao risco relacionado à taxa de câmbio.

A receita da Companhia e de suas controladas é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações dos índices de inflação.

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

Não houve mudança relevante na exposição da Companhia e suas controladas quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual elas administram e mensuram esses riscos.

Gestão do risco de taxa de câmbio

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nos empréstimos, indexados a uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia, o real (R$).

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía 16,86% (R$619.204) de sua dívida total (empréstimos e financiamentos e debêntures) atrelada à taxa de câmbio. Para mitigar esse risco, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos (“swap”) para proteger a totalidade dos pagamentos futuros de principal e juros, das oscilações do dólar norte-americano e da taxa de juros (Libor). A Companhia pretende efetuar as liquidações de ambos os instrumentos nas mesmas datas.

Gestão do risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros e manutenção de um “mix” apropriado entre ativos e passivos denominados em taxa de juros pós-fixadas.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas contratam em determinadas situações instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição ao risco relacionado à taxa de câmbio ("swap" cambial sem caixa - US$ versus CDI) e taxa de juros ("swap" de taxa de juros Libor). A Companhia e suas controladas não possuem opções "swaptions", "swaps" com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e "derivativos exóticos".

Todas as operações vigentes de instrumentos financeiros derivativos encontram-se registradas em câmaras de liquidação e custódia e não existe nenhuma margem depositada em garantia. As operações não possuem custo inicial.

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos são resumidos a seguir:

Instrumentos financeiros derivativos	"Swap" cambial Citibank - Contrato A	"Swap" cambial Citibank - Contrato B	"Swap" de taxa de juros BID	NDF (cambial)
Valor de referência (nacional) em 31/12/2015	-	US$156.076	-	-
Valor de referência (nacional) em 31/12/2014	US$44.593	US$156.076	-	-
Direito de a empresa receber (ponta ativa)	(Libor 3 meses + "Spread":0,62%) (1) 1,17647	(Libor 3 meses + Spread: 0,89%) (1) 1,17647	US$+ Libor	US$116.420 * PTAX
Obrigação de a empresa pagar (ponta passiva)	102,00% CDI	103,50% CDI	US$ + Libor limitado a 7% a.a.	US$116.420 * 2,2350
Vencimento em	10/04/2015	11/04/2016	15/05/2020	14/05/2014
Ponta ativa	-	619.204	-	-
Ponta passiva	-	(361.071)	-	-
"Swap" ativo (passivo) em 2015	-	258.133	-	-
"Swap" ativo (passivo) em 2014	15.488	49.855	-	-
Valor a receber (a pagar) em 2015 (2)	-	258.133	-	-
Valor a receber (a pagar) em 2014	15.488	49.855	-	-
Valor justo em 2015	-	258.133	-	-
Valor justo em 2014	15.488	49.855	-	-
Ganhos (perdas) em 2015	15.337	171.216	-	-
Ganhos (perdas) em 2014	10.666	33.280	390	2.899

(1) O fator 1,17647 representa o "gross up" do imposto de renda devido nos pagamentos de amortização e juros.

(2) Ganho não realizado de R$65.343, registrados no balanço patrimonial da controladora, e no consolidado, na linha de instrumentos financeiros derivativos.

Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros e derivativos - reais/mil

A Companhia e suas controladas efetuaram testes de análises de sensibilidade conforme requerido pelas práticas contábeis e a Instrução CVM nº 475/08.

As análises de sensibilidade apresentadas a seguir foram elaboradas com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, derivativos e não derivativos, relevantes, em aberto no fim do período deste relatório. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas

para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

As taxas utilizadas para cálculo dos cenários prováveis são referenciadas por fonte externa independente, cenários estes que são utilizados como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente) na exposição líquida, quando aplicável, conforme apresentado a seguir:

	Taxa anual acumulada até 31/12/2015	Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)
CDI (i)	13,24%	14,00%	17,50%	21,00%
IPCA (i)	10,67%	8,13%	10,16%	12,20%
Libor (ii)	0,61%	0,62%	0,77%	0,93%
PTAX - Dólar (i)	3,90	4,50	5,63	6,75

(i) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), em 19 de fevereiro de 2016.

(ii) Conforme taxas divulgadas no “site” da Bloomberg em 19 de fevereiro de 2016.

As análises de sensibilidade efetuadas em 31 de dezembro de 2015 estão apresentadas a seguir:

Exposição líquida dos instrumentos financeiros sem proteção Risco: alta da taxa de juros	2015	Efeito líquido no resultado/patrimônio líquido - janeiro a dezembro de 2015 - aumento (redução)		
		Provável	Cenário A	Cenário B
Consolidado				
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários				
- CDI	219.742	1.672	9.363	17.054
Passivos financeiros				
Debêntures				
- CDI	1.077.404	(8.197)	(45.906)	(83.616)
- IPCA	1.913.170	48.661	9.776	(29.109)
		42.136	**(26.767)**	**(95.671)**

Exposição líquida dos instrumentos financeiros sem proteção Risco: alta da taxa de juros	2015	Efeito líquido no resultado/patrimônio líquido - janeiro a dezembro de 2015 - aumento (redução)		
		Provável	Cenário A	Cenário B
Controladora				
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários				
- CDI	137.498	1.046	5.859	10.671
Passivos financeiros				
Debêntures				
- CDI	1.077.404	(8.197)	(45.906)	(83.616)
- IPCA	1.913.170	48.661	9.776	(29.109)
		41.510	**(30.271)**	**(102.054)**

Exposição líquida dos instrumentos financeiros com proteção Risco: alta da taxa de câmbio e juros	2015	Efeito líquido no resultado/patrimônio líquido - janeiro a dezembro de 2015 - aumento (redução)		
		Provável	Cenário A	Cenário B
Controladora e consolidado				
Passivos financeiros (dívida protegida)				
Empréstimos e financiamentos				
- Libor	619.204	(51)	(1.008)	(1.965)
- Dólar	619.204	(94.384)	(272.781)	(451.178)
Derivativos				
Ponta ativa – Dólar	619.204	51	1.008	1.965
Ponta ativa – Dólar	(619.204)	94.384	272.781	451.178
Ponta passiva – CDI	361.071	(2.747)	(15.385)	(28.022)
Efeito líquido		**(2.747)**	**(15.385)**	**(28.022)**

Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia e suas controladas a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros derivativos é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras de primeira linha, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo financeiro de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o CUST, celebrado entre o ONS e a Companhia e suas controladas, garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários, pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia - CCG e da Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (a) riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores; (b) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (c) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

Gestão do risco de liquidez - reais/mil

A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e para captação de empréstimos, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos bancários e debêntures que contêm cláusulas restritivas (“covenants”). O não cumprimento dessas cláusulas restritivas pode exigir que a Companhia pague tais compromissos antes da data indicada na tabela de fluxos de pagamentos.

A tabela a seguir: (a) apresenta em detalhes o prazo de vencimento contratual remanescente dos passivos financeiros não derivativos e os prazos de amortização

contratuais da Companhia e de suas controladas; (b) foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações; e (c) inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Empréstimos e financiamentos e debêntures	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pós-fixada	3	5	438.952	2.370.772	893.171	3.702.903
Prefixada	899	1.790	8.002	49.779	11.108	71.578
Consolidado	**902**	**1.795**	**446.954**	**2.420.551**	**904.279**	**3.774.481**
Pós-fixada	3	5	438.952	2.370.772	893.171	3.702.903
Prefixada	659	1.313	5.871	36.460	8.628	52.931
Controladora	**662**	**1.318**	**444.823**	**2.407.232**	**901.799**	**3.755.834**

Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais que a Companhia e suas controladas estão expostas são:

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS, Ministério do Meio Ambiente e Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Risco de seguros - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Apesar da adoção de critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - Em caso de interrupção do serviço, a Companhia e suas controladas estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades, dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigadas a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Risco técnico - A infraestrutura das concessões é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia e suas controladas, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

Risco de contencioso - A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas.

O objetivo da Companhia é o de administrar os riscos operacionais evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos. A Alta Administração é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia e de suas controladas para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

Valor justo dos instrumentos financeiros e derivativos - reais/mil

	31/12/2015		31/12/2014	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Consolidado				
Caixa e equivalentes de caixa	132.441	132.441	101.853	101.853
Títulos e valores mobiliários	87.972	87.972	89.361	89.361
Clientes	178.325	178.325	217.533	217.533
Ativo financeiro	6.205.183	5.816.046	6.235.113	6.608.966
Instrumentos financeiros derivativos	258.133	258.133	65.343	65.343
Ativos financeiros	**6.862.054**	**6.472.917**	**6.709.203**	**7.083.056**
Fornecedores	33.712	33.712	37.133	37.133
Empréstimos e financiamentos	684.298	684.298	595.251	595.251
Debêntures	2.988.247	2.677.763	3.250.143	3.041.127
Passivos financeiros	**3.706.257**	**3.395.773**	**3.882.527**	**3.673.511**
Controladora				
Caixa e equivalentes de caixa	76.687	76.687	64.190	64.190
Títulos e valores mobiliários	61.354	61.354	89.361	89.361

Clientes	166.275	166.275	203.479	203.479
Ativo financeiro	5.530.834	5.244.856	5.592.246	5.976.455
Instrumentos financeiros derivativos	258.133	258.133	65.343	65.343
Ativos financeiros	**6.093.283**	**5.807.305**	**6.014.619**	**6.398.828**
Fornecedores	30.528	30.528	33.182	33.182
Empréstimos e financiamentos	667.154	667.154	575.536	575.536
Debêntures	2.988.247	2.677.763	3.250.143	3.041.127
Passivos financeiros	**3.685.929**	**3.375.445**	**3.858.861**	**3.649.845**

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros registrados e classificados pelo Grupo a valor justo por meio de resultado foram classificados no Nível 2.

Técnica(s) de avaliação e informações usadas

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e os valores justos, foi considerado o que segue:

Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das demonstrações financeiras.

Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das demonstrações financeiras.

Clientes: a Administração considera que os saldos contábeis de clientes, classificados como "empréstimos e recebíveis" e mensurados pelo custo amortizado, aproximam-se dos seus valores justos, principalmente por terem prazo de recebimento médio de 35 dias, prazo previsto pelo ONS.

Ativo financeiro: no início da concessão é mensurado ao valor justo e, posteriormente, mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa de desconto é calculada com base no custo de capital próprio e está auferida através de componentes internos e de mercado. Após a entrada em operação comercial das linhas de transmissão, a TRAF é revisada de acordo com os investimentos realizados após a finalização da construção. A Companhia adotou a metodologia de apuração do valor justo do ativo financeiro, através do recálculo da taxa de remuneração. Dessa forma, o valor justo do ativo financeiro mantido pela Companhia foi determinado de acordo com o modelo de precificação com base em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa de desconto atualizada. A taxa de desconto atualizada considera a alteração de variáveis de mercado e mantém as demais premissas utilizadas no início da concessão e ao final da fase de construção. Os componentes considerados variáveis de mercado são a inflação americana, taxa livre de

risco e o risco Brasil, tendo sido estes atualizados com base nas informações disponíveis em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Instrumentos financeiros derivativos: os “swaps” de taxas de juros e cambial são mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados nas curvas de rendimento aplicáveis, considerando a cotação das taxas de juros. Os valores justos desses derivativos são obtidos com as instituições financeiras em que esses instrumentos foram contratados.

Fornecedores: o valor justo aproxima-se do seu valor contábil, uma vez que tem prazo de pagamento médio de 60 dias.

Empréstimos e financiamentos: a Companhia considera que os valores justos para os financiamentos com o BNDES (Santander - FINAME) e BID são iguais aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Os valores justos dos empréstimos em moeda estrangeira com o Citibank são mensurados com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados nas curvas de juros aplicáveis, considerando a cotação das taxas de juros, e foram obtidos com a instituição financeira em que esses instrumentos foram contratados.

Debêntures: a Administração considera que os saldos contábeis das debêntures, classificados como “outros passivos financeiros ao custo amortizado, aproximam-se dos seus valores justos, exceto quando essas debêntures possuem Preço Unitário - PU no mercado secundário divulgado no “site” www.debentures.com.br próximo ao período de relatório. Com exceção da 2ª série e da 4ª série da 2ª emissão das debêntures emitidas pela Companhia, as demais séries apresentaram negociações no mercado secundário em 31 de dezembro de 2015 e 2014, cujos valores justos foram mensurados com base nessas cotações.

1.4 Responsabilidade com as partes interessadas

As tabelas a seguir apresentam, resumidamente, os principais *stakeholders* da **TAESA**, detalhando as formas de relacionamentos praticados.

Partes Interessadas	Detalhamento	Canais de Comunicação
Acionistas e Investidores	O Grupo **TAESA** é controlado pela CEMIG e pelo FIP Coliseu. A CEMIG é controlada pelo Estado de Minas Gerais e é um dos mais sólidos e importantes grupos do setor elétrico do Brasil. O FIP Coliseu é um fundo de *private equity* administrado e gerido pelo Banco Modal S.A. A TAESA tem aproximadamente 34,5% de ações negociadas no mercado. Um dos principais objetivos da **TAESA** é maximizar valor para os seus acionistas, prezando pela sustentabilidade do negócio no longo prazo, prestando um serviço essencial de alta qualidade e respeitando as regras estabelecidas pelas autoridades regulatórias brasileiras.	O principal canal de comunicação do Grupo **TAESA** é o website (www.taesa.com.br/ri), além do e-mail direto Investor.relation@taesa.com.br. Reuniões dos órgãos da administração (Assembleia Geral de Acionistas). Reunião anual pública com analistas.
Clientes	Os clientes do Grupo **TAESA** são os geradores de energia elétrica ou consumidores livres, que podem se conectar as instalações da empresa, outras transmissoras, que eventualmente compartilham instalações com o Grupo. A Política de Relacionamento orienta-se pela Política de Qualidade e pelo Código de Ética da Companhia.	As formas de comunicação são em geral estabelecidas diretamente entre as partes, por meio de contatos técnicos, reuniões, encontros em eventos setoriais, participação em associações de classe, e sempre que há algum tema técnico a ser resolvido de comum acordo.

Fornecedores	Os maiores fornecedores, do Grupo **TAESA**, são os fabricantes de equipamentos elétricos de grande porte (transformadores, disjuntores, equipamentos de proteção, para-raios, reatores, transformadores de medição etc.). Há, ainda, empresas de engenharia e consultoria ambiental, que prestam serviços ao Grupo, tanto na parte de seus projetos (partes civis, elétrica e mecânica), como na condução dos programas e condicionantes ambientais estabelecidos pelo IBAMA. Outro ramo de fornecedores é o de materiais de escritório, reservas de passagens e estadias, veículos, fretes e seguros.	O Grupo **TAESA** estabelece rígidos padrões de cadastramento e contratação de fornecedores, de forma a tornar tais processos transparentes e auditáveis, tendo desenvolvido padrões de editais de cadastramento de fornecedores, de concorrências e de julgamento de propostas. A base de apoio à área de suprimentos da Companhia é a ferramenta SAP.

Partes Interessadas	Detalhamento	Canais de Comunicação
Empregados, colaboradores e outros	O Grupo **TAESA** possui um total 442 empregados (data-base: 31 de dezembro de 2015(Incluída ATEIII). A política de relacionamento é pautada pela Política de Recursos Humanos e pelo Código de Ética do Grupo, além do atendimento à legislação trabalhista.	Reuniões de equipe, reuniões com diretoria, correio eletrônico corporativo, comemoração dos aniversariantes do mês, intranet, mural eletrônico, informativos personalizados das áreas, atividades socioesportivas regulares, divulgação das políticas corporativas, avaliação anual de desempenho.

Órgãos públicos	Os órgãos públicos com os quais o Grupo **TAESA** se relaciona com mais frequência são: a ANEEL, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, dentre outros.	O relacionamento com estes órgãos públicos se dá de forma distinta: - com a ANEEL: por meio de envio de informações e correspondências referentes às Resoluções emitidas; idem para as informações corporativas de caráter contábil; por meio de solicitações de anuência em processos empresariais específicos; por meio de participação em reuniões e audiências públicas promovidas pela Agência; por meio de participação em leilões de novas linhas de transmissão. - com o IBAMA: por meio do atendimento a suas deliberações sobre as obrigações dos programas de compensação ambiental, educação e comunicação social; por meio de reuniões técnicas quando o tema requer; por meio de esclarecimentos prestados. - com o ONS: por meio de intercâmbio de correspondências e de informações técnicas; por meio de reuniões técnicas quando o tema requer; por meio de participação em seu Conselho de Administração.
Organizações sociais, ambientais e comunidades	A política de relacionamento do Grupo **TAESA** orienta-se pelo seu Código de Ética, disponível no site (www.taesa.com.br), pelos contratos de concessão e pela legislação.	O site do Grupo **TAESA** disponibiliza informações sobre os empreendimentos do Grupo e, além disso, disponibiliza um número de telefone 0800 para reclamações, dúvidas e outros contatos. Com relação aos Programas de P&D e Projetos Sociais, o canal de relacionamento é pelo site ou diretamente com a área responsável.

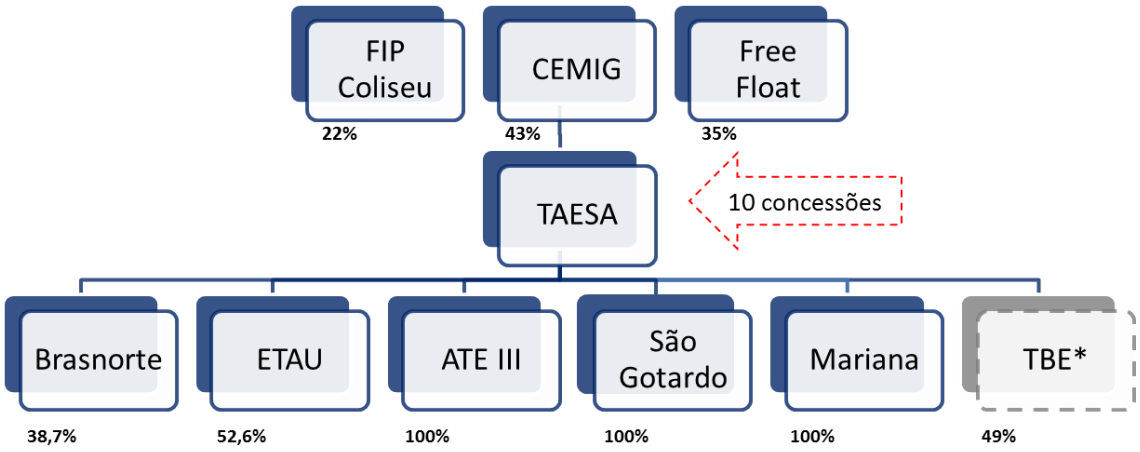
1.5 Indicadores Operacionais e de Produtividade ou dados técnicos

Os resultados provenientes da produtividade, alcançada no ano de 2015, são demonstrados no quadro abaixo.

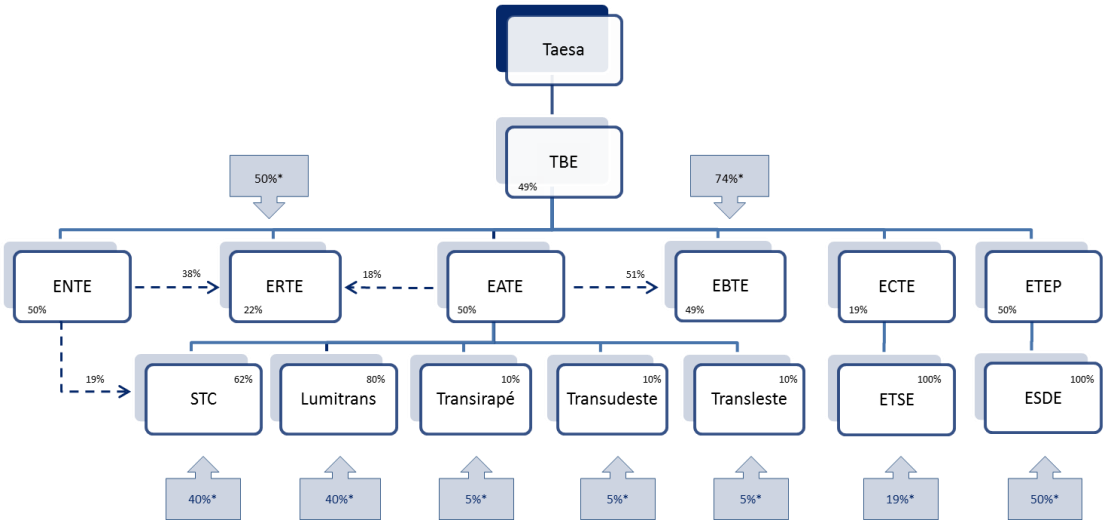
Indicadores Operacionais e de Produtividade	
Dados Técnicos 2015(*)	
	TAESA
Número de Empregados Próprios	**442**
Número de Empregados Terceirizados	
Subestações (em unidades)	**43(*)**
Capacidade Instalada (MVA)	**6750 MVA**
Linhas de Transmissão (em km)	**5694 km(**)**
(*) Subestações compartilhadas, sendo 7 (sete) dessas de propriedade das concessões da Taesa e 4 (quatro) em construção. (**) 31 de dezembro de 2015 – Considerando ETEO, TSN, NVT, Munirah, GTESA, PATESA, NTE, ATE, ATE II, ATE III, STE, Mariana e São Gotardo	

2. Dimensão Governança Corporativa

Por ser uma companhia aberta, a **TAESA** celebrou com a Bolsa de Valores de São Paulo - Bovespa, em 05 de outubro de 2006, o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa. Mediante a celebração desse instrumento, a **TAESA** submeteu-se ao "Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2" e também ao "Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado", ambos emitidos pela Bovespa. Aplicam-se ainda à Companhia os documentos emitidos pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. A seguir, demonstra-se a estrutura societária da TAESA em 2015. Ver se valores estão corretos.



* A TBE ou Grupo TBE é um conjunto de treze concessionárias de transmissão de energia elétrica



* Participação Indireta

2.1 INFORMAÇÕES ESTATUTÁRIAS

2.1.1 Capital Social

TAESA

A **TAESA** possui um capital social de R$ 3.067.535.193,28, (três bilhões, sessenta e sete milhões, quinhentos e trinta e cinco mil cento e noventa e três reais e vinte e oito centavos), totalmente subscrito e integralizado, representado por 1.033.496.721 (um bilhão, trinta e três milhões, quatrocentas e noventa e seis mil e setecentas e vinte e uma) ações, sendo 640.714.069 (seiscentos e quarenta milhões, setecentos e quatorze mil e sessenta e nove) ações ordinárias e 392.782.652 (trezentos e noventa e dois milhões, setecentos e oitenta e dois mil e seiscentos e cinquenta e dois) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

2.1.2 Acordo de Acionistas

À época, os acionistas controladores da **TAESA** (FIP COLISEU e CEMIG GT) celebraram um "Acordo de Acionistas" com vistas a regular a gestão conjunta da Companhia.

O Referido Acordo tem por objeto, regular as relações e estabelecer os direitos e obrigações do FIP COLISEU e da CEMIG GT enquanto acionistas da **TAESA** e, em especial:

(a) as premissas e os princípios a serem adotados pelo FIP COLISEU e pela CEMIG GT com relação ao Acordo, à Companhia e suas Controladas;

(b) o exercício do direito de voto na Companhia e em suas Controladas e Coligadas;

(c) a forma de administração da Companhia e de suas Controladas;

(d) as políticas de capitalização, investimento, financiamento e dividendos da Companhia;

(e) as regras aplicáveis à oneração e transferência das ações;

(f) o direito de preferência nas subscrições de ações e outros títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia; e

(g) a forma de solução de controvérsias.

2.1.3 Diretoria

A Diretoria da **TAESA** é composta por 5 (cinco) membros, acionistas ou não, residentes no País, sendo um Diretor Geral, um Diretor Técnico e um Diretor Administrativo Financeiro, todos eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, permitida a

reeleição no todo ou em parte. O quadro abaixo apresenta composição da diretoria **TAESA** em dezembro de 2015.

Diretoria	
José Aloise Ragone Filho	**Diretor Superintendente Geral**
João Procópio Campos Loures Vale	**Diretor Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores**
Marco Antônio Resende Faria	**Diretor Superintendente Técnico**
João Procópio Campos Loures Vale	**Diretor de Desenvolvimento de Negócios**
cargo vago	**Diretor Jurídico e Regulatório**

Os membros do Conselho de Administração, até o máximo de 1/3 (um terço), podem ser eleitos para o cargo de Diretores.

O Diretor Geral da Companhia presta contas de seus atos ao Conselho de Administração. Os demais Diretores prestam contas de seus atos ao Diretor Geral e estão sujeitos, ainda, assim como o Diretor Geral, à fiscalização pelo Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.4 Conselho de Administração

O Conselho de Administração da TAESA é composto por 11 (onze) membros titulares e seus respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, residentes ou não no País, com mandato unificado de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos.

Conselho de Administração	
Titulares	**Suplentes**
Allan Kardec de Melo Ferreira	**Eduardo Lucas Silva Serrano**
José Afonso Bicalho Beltrão da Silva	**João Paulo Dionisio Campos**
Oscar Santos de Faria	**Roberto Schafer de Castro**
Paulo de Moura Ramos	**Luiz Antonio Vicentini Jorente**
Luiz Fernando Rolla	**Flávio de Almeida Araújo**
Ricardo Faria Paes	**Bruno José Albuquerque de Castro**
Carlos Roberto Cafareli	**Antônio Pedro da Silva Machado**
Marco Adiles Moreira Garcia	**Ponciano Padilha**
Jose Roque Fagundes da Silva	**Jorge Kalache Filho**
Jorge Raimundo Nahas	**Stênio Petrovich Pereira**
Carlos Augusto Derraik	**Antonio Affonso Mac Dowell Leite de Castro**

2.1.5 Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da **TAESA** é permanente e composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, possuindo igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral. O referido conselho tem suas atribuições e poderes definidos por lei.

Conselho Fiscal	
Titulares	**Suplentes**
Mário Vinícius Claussen Spinelli	**Aluísio Eustáquio de Freitas Marques**
Antônio de Pádua Ferreira Passos	**Rodrigo de Oliveira Perpétuo**
Mozart Bandeira Arnaud	**Roberta da Rocha Miranda Lopes Borio**
Maria Luiza Garcia Pereira	**Luiz Alberto Soares Perdomo**
Alexandre Pedercini Issa	**Ronald Gastão Andrade Reis**

2.2 Código de Ética

O Código de Ética tem por objetivo ajudar as pessoas a distinguir as situações ambíguas e/ou potencialmente perigosas que possam surgir ao longo da execução das atividades empresariais diárias, mas também relações ou comportamentos não perfeitamente claros, que possam envolver a Companhia. O documento tem como principais diretrizes:

A **BOA GESTÃO** em todos os níveis, a capacidade de dirigir e administrar a Companhia de forma equilibrada e consciente e o compromisso de cada um em desenvolver de forma eficaz e eficiente o próprio trabalho, fornecendo e almejando sempre padrões de qualidade cada vez mais elevados.

O **RESPEITO** da Companhia com relação às obrigações assumidas com os interlocutores. Em termos de relação dentro da Companhia, o respeito significa a proteção da integridade física e moral do pessoal e a sua valorização enquanto recurso chave de competitividade e de sucesso. Nas relações externas, significa manter relações profissionais com clientes e fornecedores, mas também escutar os outros *stakeholders* – como, por exemplo, as Instituições Governamentais e a mídia – como interlocutora a considerar, informar e compartilhar conhecimento.

A **EQUIDADE**, base do comportamento leal e imparcial. Representa a capacidade de manter um balanceamento constante entre os interesses particulares e gerais, do indivíduo e da Companhia, de todos os acionistas, de cada usuário das redes e de cada fornecedor.

A **TRANSPARÊNCIA**, seja no agir, seja no comunicar e no informar, é um elemento central da confiança com relação aos *stakeholders* internos e externos. Refere-se à esfera da gestão empresarial, que deve ser clara e controlável, e diz respeito à divulgação a terceiros de informações sobre a Companhia, o que deve ser feito de forma simples, compreensível, tempestiva e verdadeira e – se tornada pública – facilmente acessível a todos.

Relativamente ao comportamento esperado dos administradores e funcionários, o documento assim define:

LEALDADE PROFISSIONAL, que abrange as seguintes situações:

(i) Reconhecer os casos de conflito entre interesse pessoal e empresarial e resolvê-los no interesse da Companhia;

(ii) Não adotar comportamentos que possam influenciar ilicitamente funcionários públicos ou funcionários de outras empresas a obter favores da Companhia; e

(iii) Comunicar nas relações externas que a rejeição de certas condutas não é somente uma afirmação formal, mas substancial.

O mesmo vale para o princípio de preservar a integridade dos bens empresariais: a Companhia pertence a todos, e a integridade de seu valor é uma garantia para aqueles que nela trabalham.

CONFLITO DE INTERESSES, entre o interesse pessoal e aquele da Companhia, se manifesta quando um comportamento ou uma decisão no âmbito da própria atividade de trabalho pode gerar uma vantagem imediata ou diferida para o próprio indivíduo, seus familiares ou conhecidos em prejuízo do interesse empresarial.

O conflito de interesses tem um efeito direto sobre a pessoa nele envolvida, limitando ou influenciando sua objetividade de julgamento. Qualquer um que se veja ou pense estar envolvido em um conflito de interesses, ou que se sinta constrangido em gerir uma situação profissional em razão de influências externas ou ainda que não se sinta livre nas suas decisões e na execução de suas próprias atividades, deve indicar isso a seu próprio responsável ou às outras pessoas indicadas pelos procedimentos empresariais, para que seja esclarecido ou para ter indicações sobre como se comportar, independentemente do tipo de cortesia ou benefícios recebidos, dos graus de parentesco e familiaridade ou de outras variáveis.

Independentemente da percepção pessoal de conflito de interesse, a observância das seguintes **regras gerais** é obrigatória:

- No tocante a cortesias ou outras formas de presente, existem alguns que fazem parte das práticas normais comerciais ou de cortesia, enquanto que outros superam este limite e podem ter como objetivo a obtenção de favores nas relações de negócios. A Companhia orienta a seus funcionários que recusem cortesias que superem um valor módico ou que sejam fonte de dúvida sobre a sua finalidade.

- Devem ser indicados os casos de familiares em primeiro grau de funcionários da Companhia e funcionários de seus fornecedores, clientes, concorrentes ou autoridades de setor, quando sua atividade ou função possa ter um reflexo na Companhia. Nestes casos, os administradores da Companhia devem tomar medidas para evitar qualquer tipo de incompatibilidade decorrente desta situação.

De acordo com o Código de Ética, para prevenir comportamentos voltados à corrupção ou que possam ser interpretados como tal, a Companhia estabelece uma conduta uniforme no que diz respeito às próprias cortesias externas. Em linha geral, devem ter como objetivo promover exclusivamente a imagem da Companhia e a sua marca. Por esta razão, a Companhia:

- Não admite nenhuma forma de presente que possa também ser interpretada como excedente às práticas normais comerciais ou de cortesia, ou de qualquer forma voltada a obter favor na condução de qualquer atividade. Em particular, é vedada qualquer forma de presente que possa influenciar a independência de julgamento – ou induzir a assegurar uma vantagem qualquer – voltada a funcionários públicos, auditores, conselheiros do Grupo Companhia ou seus respectivos familiares;

- Não admite presentes de valor, nem mesmo naqueles países onde oferecer presentes de valor a um parceiro comercial seja costume. Tal norma diz respeito tanto a presentes prometidos ou oferecidos quanto àqueles recebidos.

Em qualquer caso, a Companhia se abstém de práticas não consentidas pela Lei, pelos usos comerciais ou pelos Códigos de Ética – se existentes – das empresas ou dos entes com quem mantém relações.

3. Dimensão Econômico-financeira

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais da controladora, identificadas como controladora, e as demonstrações financeiras consolidadas, identificadas como consolidado, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às informações utilizadas na sua gestão.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração e pelos Conselhos de Administração e Fiscal em 8 de março de 2016.

Indicadores Econômico-Financeiros - Detalhamento da DVA					
Geração de Riqueza (R$ Mil)	2015			2014	
	R$ Mil	%	Δ %	R$ Mil	%
RECEITA OPERACIONAL (Receita bruta de vendas de energia e serviços)	1.699.368	91,52	0,04	1.640.774	91,20
(-) INSUMOS (Insumos adquiridos de terceiros: Compra de energia, material, serviços de terceiros, etc.)	(119.497)	(6,44)	(0,23)	(155.498)	(8,64)
Resultado Não Operacional					
= **VALOR ADICIONADO BRUTO**	1.579.871	85,08	0,06	1.485.276	82,56
(-) Quotas de Reintegração (depreciação, amortização)	(1.743)	(0,09)	0,21	(1.445)	(0,08)
= **VALOR ADICIONADO LÍQUIDO**	1.578.128	84,99	0,06	1.483.831	82,48
+ VALOR ADICIONADO TRANSFERIDO (receitas financeiras, resultado da equivalência patrimonial)	278.745	15,01	(0,12)	315.259	17,52
= VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**1.856.873**	**100**	**3,21**	**1.799.090**	**100**

Distribuição da Riqueza - Por Partes Interessadas	2015		2014	
	R$ Mil	(%)	R$ Mil	(%)
Empregados	84.356	4,54	78.416	4,36
Governo (impostos, taxas, contribuições e encargos setoriais)	333.095	17,94	349.475	19,43
Financiadores	529.999	28,54	466.354	25,92
Retido	84.531	4,55	53.088	2,95
Acionistas	824.892	44,42	851.757	47,34
= VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO (TOTAL)	**1.856.873**	**100**	**1.799.090**	**100**

Distribuição da Riqueza - Governo e Encargos Setoriais	2015		2014	
	R$ Mil	(%)	R$ Mil	(%)
Tributos/Taxas/Contribuições	271.256	81,44	297.874	85,23
PIS/COFINS	88.379	26,53	84.894	24,29
IRPJ/CSLL	159.947	48,02	196.592	56,25
Outros	22.930	6,88	16.388	4,69
Encargos Setoriais	61.839	18,56	51.601	14,77

RGR	43.989	13,21	37.082	10,61
P&D	15.782	4,74	14.337	4,10
CDE	1.092	0,33	32	0,01
PROINFA	976	0,29	150	0,04
TFSEE	6.534	1,96	-	-
= VALOR DISTRIBUÍDO (TOTAL)	**333.095**	**100**	**349.475**	**100**

Outros Indicadores	2015		2014
	R$ Mil	(Δ%)	R$ Mil
Receita Operacional Bruta (R$ Mil)	1.699.368	4,10	1.632.367
Deduções da Receita (R$ Mil)	(156.903)	14,89	(136.563)
Receita Operacional Líquida (R$ Mil)	1.542.465	3,12	1.495.804
Custos e Despesas Operacionais do Serviço (R$ Mil)	(221.841)	(8,81)	(243.272)
Resultado do Serviço (R$ Mil)	1.320.624	5,44	1.252.532
Resultado Financeiro (R$ Mil)	(468.181)	13,06	(414.112)
Resultado de Equivalência Patrimonial (R$ Mil)	216.927	(17,52)	263.017
IRRJ/CSSL (R$ Mil)	(159.947)	(18,64)	(196.592)
Lucro Líquido (R$ Mil)	909.423	0,51	904.845
EBTITDA ou LAJIDA (R$ Mil) - padrão	1.539.294	1,47	1.516.994
EBTITDA ou LAJIDA (R$ Mil) - ajustado	1.322.367	5,45	1.253.977
Margem do EBITDA OU LAJIDA (%) - padrão	99,79%	(1,60)	101,42%
Margem do EBITDA OU LAJIDA (%) - ajustado	85,73%	2,26	83,83%
Liquidez Corrente	2,06	(13,13)	2,38
Liquidez Geral	1,58	1,35	1,56
Margem Bruta (lucro líquido / receita operacional bruta) (%)	53,52%	(3,46)	55,43%
Margem Líquida (lucro líquido/patrimônio líquido) (%)	20,78%	(2,99)	21,42%
Estrutura de Capital			
Capital próprio (%)	49,39%	1,23	48,79%
Capital de terceiros (%)	50,61%	(1,17)	51,21%
Inadimplência de Clientes (contas vencidas até 90 dias/Receita Operacional bruta nos últimos 12 meses)	0,000804	(26,24)	0,001090

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015

(Valores expresso em milhares de reais - R$)

	Consolidado	
	2015	**2014**
Ativos		

Ativos circulantes		
Caixa e equivalentes de caixa	132.441	101.853
Títulos e valores mobiliários	82.875	85.026
Clientes	165.088	206.687
Ativo financeiro	1.239.720	1.164.266
Impostos e contribuições sociais	128.318	97.360
Instrumentos financeiros derivativos	258.133	65.343
Dividendos e JCP a receber	38.559	13.291
Outras contas a receber	31.774	48.199
Outros ativos	5.304	4.921
Total dos ativos circulantes	**2.082.212**	**1.786.946**
Ativos não circulantes		
Títulos e valores mobiliários	5.097	4.335
Clientes	13.237	10.846
Depósitos judiciais	13.762	12.719
Impostos e contribuições sociais	-	2.290
Outras contas a receber	13.489	7.845
Impostos e contribuições sociais diferidos	-	23.327
Ativo financeiro	4.965.463	5.070.847
Investimento	1.725.764	1.702.158
Imobilizado	22.805	24.175
Intangível	20.629	13.300
Total dos ativos não circulantes	**6.780.246**	**6.871.842**
Total dos ativos	**8.862.458**	**8.658.788**
Passivos		
Passivos circulantes		
Fornecedores	33.712	37.133
Empréstimos e financiamentos	628.281	120.479
Debêntures	236.273	485.327
Impostos e contribuições sociais	24.493	11.996
Taxas regulamentares	55.229	66.062
Dividendos a pagar	4	3
Outras contas a pagar	30.432	30.767
Total dos passivos circulantes	**1.008.424**	**751.767**
Passivos não circulantes		
Empréstimos e financiamentos	56.017	474.772
Debêntures	2.751.974	2.764.816
Impostos e contribuições diferidos	192.796	30.025
Tributos diferidos	321.313	318.564
Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	1.060	1.123
Outras contas a pagar	153.809	93.089
Total dos passivos não circulantes	**3.476.969**	**3.682.389**

Total dos passivos	**4.485.393**	**4.434.156**
Patrimônio líquido		
Capital social	3.042.035	3.042.035
Reserva de capital	594.507	594.507
Reserva de lucros	417.864	333.333
Dividendos adicionais propostos	322.659	254.757
Total do patrimônio líquido	**4.377.065**	**4.224.632**
Total dos passivos e do patrimônio líquido	**8.862.458**	**8.658.788**

Demonstrações de resultados em 31 de dezembro de 2015

(Valores expresso em milhares de reais - R$, exceto o lucro por ação)

	Consolidado	
	2015	**2014**
Receita operacional líquida	**1.542.465**	**1.495.804**
Pessoal e administradores	(30.918)	(45.108)
Material	(57.532)	(89.109)
Serviços de terceiros	(24.340)	(22.665)
Depreciação e amortização	(684)	(684)
Outros custos operacionais	(5.013)	(13.319)
Custos operacionais	(118.487)	(170.885)
Pessoal e administradores	(67.939)	(47.289)
Serviços de terceiros	(21.039)	(19.169)
Depreciação e amortização	(1.059)	(761)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(13.317)	(5.168)
Despesas operacionais	(103.354)	(72.387)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos	**1.320.624**	**1.252.532**
Resultado de equivalência patrimonial	216.927	263.017
Receitas financeiras	61.818	52.242
Despesas financeiras	(529.999)	(466.354)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(468.181)	(414.112)
Resultado antes dos impostos e contribuições	**1.069.370**	**1.101.437**
Imposto de renda e contribuição social correntes	26.150	(53.570)

Imposto de renda e contribuição social diferidos	(186.097)	(143.022)
Imposto de renda e contribuição social	(159.947)	(196.592)
Lucro do exercício	**909.423**	**904.845**
Resultado por ação		
Resultado por ação ordinária - básico (em R$ mil)	0,87995	0,87552
Resultado por ação preferencial - básico (em R$ mil)	0,87995	0,87552
Resultado por ação ordinária - diluído (em R$ mil)	0,87995	0,87552
Resultado por ação preferencial - diluído (em R$ mil)	0,87995	0,87552

Demonstrações do valor adicionado em 31 dezembro de 2015

(Valores expresso em milhares de reais - R$)

	Consolidado	
	2015	**2014**
Receitas		
Remuneração do ativo financeiro	1.193.255	1.127.175
Operação e manutenção	486.147	456.165
Construção e indenização	38.636	64.469
Parcela variável e outras receitas	(18.670)	(15.442)
Ganho na Alienação de Bens	-	8.407
	1.699.368	1.640.774
Insumos adquiridos de terceiros		
(Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(102.911)	(130.943)
Despesas gerais, administrativas e outros	(16.586)	(24.555)
	(119.497)	(155.498)
Valor adicionado bruto	1.579.871	1.485.276
Depreciação, amortização e exaustão	(1.743)	(1.445)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.578.128	1.483.831
Valor adicionado recebido em transferência		
Resultado de equivalência patrimonial	216.927	263.017
Receitas financeiras	61.818	52.242
Valor adicionado total a distribuir	**1.856.873**	**1.799.090**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	53.235	51.432
Benefícios	26.534	22.691
FGTS	4.587	4.293

	84.356	78.416
Impostos, taxas e contribuições		
Federais (Inclui as taxas regulamentares da Aneel)	332.481	349.024
Estaduais	248	254
Municipais	366	197
	333.095	349.475
Remuneração de capitais de terceiros		
Encargos de dívidas, variação monetária e cambial, líquidas	712.011	495.154
Instrumentos financeiros derivativos	(186.553)	(27.913)
Outras	4.541	(887)
	529.999	466.354
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos intercalares	257.585	400.000
Juros sobre capital próprio	244.648	197.000
Reserva legal	45.471	45.242
Reserva de incentivo fiscal	39.060	7.846
Reserva especial - expansão		-
Dividendos obrigatórios		-
Dividendos adicionais propostos	322.659	254.757
	909.423	904.845
Valor adicionado total a distribuído	**1.856.873**	**1.799.090**

4. Dimensão Social e Setorial

A política de recursos humanos é aplicada a todas as empresas do Grupo **TAESA**. O processo de desenvolvimento dos colaboradores deve ser compreendido como uma estratégia de negócios e parte integrante do seu modelo de gestão. Todo investimento em torno deste tema tem como função estratégica assegurar, no presente e no futuro, a disponibilidade das competências requeridas para prover a liderança dos negócios. Por meio do investimento contínuo no crescimento e desenvolvimento dos colaboradores, eles estarão preparados para criar e oferecer os melhores resultados para o negócio.

Além disso, as estratégias de Recursos Humanos resumem um conjunto de princípios, conceitos e um ciclo de ações que visam o desenvolvimento, a qualidade de vida, a motivação dos colaboradores e, por consequência, o sucesso da empresa.

São assegurados a todos, de forma ética e transparente, igualdade de chances, respeito a diversidade, a possibilidade de desenvolvimento de uma carreira sólida, remuneração compatível com o mercado, benefícios atraentes em um ambiente motivador e desafiador. A **TAESA** atua, ainda, como facilitadora do fluxo de informações, promovendo a comunicação objetiva e direta, de mão dupla, respeitosa e transparente.

4.1 Indicadores Sociais Internos

Posição em 31/12/2015	TAESA
Número de Empregados	442
Número de Empregados Próprios	442
Número de Empregados Terceirizados	-
Em percentual	
Empregados até 30 anos	15,38%
31-40 anos	49,77%
41-50 anos	24,66%
superior a 50 anos	10,18%
Número de mulheres em relação ao total	14,71%
Mulheres em cargos gerenciais em relação aos cargos gerenciais	16,67%
Empregadas negras em relação ao total – incluídos pardos	2,49%
Empregados negros em relação ao total – incluídos pardos	24,43%
Empregados portadores de deficiência	3,17%
Em R$ reais	
Remuneração (Salário base + Adicionais Periculosidade / Transferência) (Dez15 X 12)	42.366.936,12
Encargos compulsórios Fixos (87,02%)	36.867.707,81
Educação*	0,00
Alimentação	3.600.532,00
Transporte	227.692,80
Saúde	4.761.590,88
Divisão da maior remuneração pela menor em espécie paga (Salário base)	83,7
Divisão da menor remuneração pelo salário mínimo vigente (Salário base)	1,06
Em percentual	
Remuneração até R$ 1.300 (Salário base + Adicionais Periculosidade / Transferência)	0,23%
R$ 1.301 a 3.000	19,00%
R$ 3.001 à 5.000	23,76%
Acima de R$ 5.000	57,01%
Em R$ mil (Base Dezembro 2015)	
Salário médio de Diretoria	62.758,50
Salário médio de Gerencia	25.089,56
Salário médio de Staff	10.293,00
Salário médio de Campo	6.415,00
Número total de empregados	442
Em percentual em relação ao total de empregados	
Ensino Fundamental	8,14%
Ensino Médio	37,78%

Ensino Superior	43,89%
Posição em 31/12/2015	TAESA
Pós-Graduação	8,37%
Valor investido em desenvolvimento profissional	617.913,00
Quantidade de horas investidas em desenvolvimento profissional por empregado (em horas) empregados treinados	62,00
Em números	
Número total de empregados ao final do período**	442
Número de demissões durante o período	46

* Todas as despesas de treinamento e desenvolvimento inclusive educação, constam na linha "Valor investido em desenvolvimento profissional".

** Nesta linha somente se considera o número de empregados próprios.

Benefícios oferecidos pela Taesa:

- Assistência Médica
- Assistência Odontológica
- Seguro de Vida
- Refeição / Alimentação
- Previdência Privada
- Vale Transporte
- Alimentação Natal
- Participação em Resultados

4.2 Indicadores Sociais Externos

Desde o início da Operação das Concessões da **TAESA,** foram incluídas no planejamento anual de manutenção: reformas e implantação de colchetes, porteiras, bueiros e reforma de estradas de acesso utilizadas em comum entre os proprietários e a Empresa. No ano de 2015, durante atividades de Educação Ambiental, foi realizada a divulgação do Número **0800 - 701 – 6682**, canal direto com a Companhia.

Indicadores Sociais Externos
Comunidade
a) Gerenciamento do impacto da empresa na comunidade do entorno As concessões do grupo TAESA não tiveram registros associados ao item "Gerenciamento do Impacto da Empresa na Comunidade do Entorno".

Projetos de Responsabilidade Social

Uma das diretrizes da **TAESA** é otimizar, da melhor maneira possível, a aplicação dos recursos destinados a Projetos de Responsabilidade Social. Neste sentido, as Empresas que compõem o Grupo priorizam a execução de projetos regidos pela sustentabilidade e que contribuam para o desenvolvimento social, valorização da cidadania e inclusão social. A grande parte dos projetos de cunho social são atualmente patrocinados pela Empresa, utilizando-se os benefícios da " da Lei Rouanet, Lei do Audiovisual, do FIA (Fundo para a Infância e Adolescência) e da do Lei do Idoso.

Projetos contratados em 2015

Lei Rouanet

GRUPO CORPO – 40 ANOS

O projeto "Grupo Corpo – 40 Anos" teve como principal objetivo a manutenção da Companhia de Dança do Grupo Corpo (74 funcionários) e a produção e execução da temporada nacional do Grupo Corpo – pelo menos em 4 (quatro) capitais: Belo Horizonte (Palácio das Artes) / São Paulo (Teatro Alfa) / Rio de Janeiro (Teatro Municipal) / Porto Alegre (Teatro Sesi), com a possibilidade de inserção de outros destinos; além da promoção das atividades comemorativas dos 40 anos do GRUPO CORPO.

BRASIL NA ANTARTICA

O projeto "Brasil na Antártica" consiste na produção de um documentário inédito, abrangente e referencial sobre a presença do Brasil na Antártica reconstituindo as expedições pioneiras, a construção e as várias fases da estação antártica "Comandante Ferraz", incluindo o incêndio e a reconstrução, os desafios climáticos tecnológicos, psicológicos e logístico, com roteiro e direção de Ernesto Rodrigues. A obra será produzida e finalizada em digital, com duração de 70 (setenta) minutos.

UM OLHAR ALÉM DOS MERCADOS BRASILEIROS

O projeto "Um olhar além dos Mercados Brasileiros" contempla a produção de um livro de arte que trará um panorama único sobre as diferenças culturais entre as capitais do Brasil, identificadas por meio dos mercados livres. Esses mercados trazem inúmeros simbolismos e traços socioculturais da região e dos moradores das cidades onde estão localizados, escrito pela chef Flavia Quaresma. Serão contemplados na publicação 8 (oito)mercados nacionais e pelo menos um mercado de cada uma das regiões brasileiras. O livro terá o formato 25cm X 25cm, texto bilíngue (português e inglês), fotografias e aproximadamente 170 páginas.

OFICINAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O projeto "Oficinas de Educação Ambiental" tem como proposta levar para escolas públicas de duas cidades da região norte e/ou nordeste, a serem escolhidas pela TAESA, preceitos de Educação e Sustentabilidade, através de uma peça de teatro + oficinas + Workshop para professores, com as temáticas: Reciclagem, Cuidados com as torres transmissoras de energia, Soltar pipas nas torres, Higiene e principalmente, a conscientização da importância

da preservação do meio ambiente. O PROJETO será realizado em até 8 (oito) escolas indicadas pela TAESA.

CLUBINHO DO PLANETA EM CENA

O projeto “Clubinho do Planeta em Cena” destina-se à realização de 07 (sete) apresentações teatrais em 07 (sete) escolas a serem indicadas pela TAESA, a seu exclusivo critério, localizadas nas cidades de São João do Piauí e Ribeiro Gonçalves, ambas no estado do Piauí, no período 01 de abril a 30 de junho de 2016.

FLÁVIO RENEGADO – TURNÊ DE CIRCULAÇÃO DO DVD AO VIVO

O projeto “Flavio Renegado – Turnê de Circulação do DVD ao Vivo” tem como finalidade a promoção da turnê de circulação do primeiro DVD do rapper mineiro Flávio Renegado, intitulado “Suave ao vivo", em cinco capitais brasileiras, sendo elas Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém. O DVD conta com a direção artística e cenográfica do conceituado designer brasileiro Gringo Cardia, direção musical de Liminha e Kassin e direção de Joana Mazzucchelli. Flávio Renegado trouxe para este novo trabalho além da linguagem do Hip Hop, outros ritmos e gêneros musicais, como reggae, samba e rock.

Lei do AUDIOVISUAL

“POR TRÁS DO CÉU”

O projeto consiste na realização do filme de longa metragem “Por trás do Céu” para exibição em salas de cinema. A história conta o drama de Aparecida, uma sertaneja, e seu sonho de ver de perto o que existe além do seu mundo – seja a cidade, seja o firmamento. O filme será dirigido por Caio Sóh**.**

NA TRILHA DA ENERGIA

O projeto consiste na realização de um documentário sobre o processo de geração, transmissão e distribuição de energia no Brasil**.**

FIA – Fundo para Infância e Adolescência

CMDCA/BH - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte

Lei do IDOSO

FUNDO DO IDOSO: Hospital de Câncer de Barretos

4.3 Indicadores do Setor Elétrico

Em consonância com a Lei n° 9.991[1], as empresas do setor de energia elétrica devem investir no mínimo 1% (um por cento) de sua Receita Operacional Líquida ("ROL") em Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D"), distribuídos da seguinte forma, para o caso de concessões de serviços de "transmissão":

- 0,4% para Projetos de P&D ANEEL;
- 0,4% destinados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico ("FNDCT"); e
- 0,2% para o Ministério de Minas e Energia ("MME").

Com relação às determinações de recolhimentos e investimentos, a TAESA realizou integralmente os recolhimentos junto ao FNDCT (0,4%) e ao MME (0,2%). Com relação ao investimento direto em projetos de P&D (0,4%), a Companhia encontra-se adimplente com as normas de aplicação destes valores, em consonância com o disposto no Manual de P&D/ANEEL – 2012.

Os projetos de P&D da **TAESA** visam desenvolver novas alternativas para o setor de transmissão de energia elétrica, além de buscar constantemente projetos de pesquisa que contribuam com a sustentabilidade, meio ambiente, economia, razoabilidade e principalmente, que gerem bons resultados e benefícios à sociedade brasileira, estimulando a competitividade da indústria do país. Os resultados destes projetos contribuem para manter a vanguarda tecnológica da Companhia no âmbito do setor elétrico nacional.

	Ano 2015.
Valor da ROL	1.577.784.533,63
Obrigação de recolhimento ao FNDCT	6.311.138,13
Recolhido ao FNDCT	6.312.242,05
Obrigação de recolhimento ao MME	3.155.569,07
Recolhido ao MME	3.155.884,14
Direito de Investimento em P&D	6.311.138,13
Aplicado em P&D	6.190.644,00

*As diferenças entre "obrigação" e "recolhimento" se devem a recálculos realizados durante o ano de 2015 e foram ajustados nos períodos posteriores, no ano de 2016.

[1] Lei no 9.991, de 24 de julho de 2000, alterada pelas Leis no 10.438, de 26 de abril de 2002, no 10.848, de 15 de março de 2004, no 11.465, de 28 de março de 2007, no 12.111, de 09 de dezembro de 2009, e no 12.212, de 20 de janeiro de 2010.

Projetos em andamento – 2015

Identificação do Projeto	Código ANEEL	Título Completo	Resultado esperado	Empresa/ Concessão		Valor Realizado no Ano (R$)
0023-Simulador de Operação	PD-2607-0004/2010	Desenvolvimento de um simulador de operação em tempo real do sistema elétrico para capacitação, aperfeiçoamento e treinamento das equipes de operação.	Protótipo de um simulador dos sistemas de comando e controle de um sistema elétrico para capacitação, aperfeiçoamento e treinamento das equipes de operação e otimização da capacidade de resposta das equipes quando da ocorrência de perturbações no sistema.	Taesa	ETEO	48.827,00
0030-InovaEq	PD-2609-0001/2011	Prospecção e Hierarquização de Inovações Tecnológicas Aplicadas a Equipamentos de Alta Tensão em Corrente Alternada	Prospectar as inovações tecnológicas que estão sendo visualizadas para equipamentos de alta tensão em corrente alternada. Formar agenda estratégica de assuntos mais promissores em termos de P&D visando o aumento da confiabilidade do sistema e redução dos custos.	Taesa	Novatrans	-9.976,00[2]
0031-	PD-4950-	Desenvolvimento	Desenvolvimento de	Taesa	NTE	730.882,00

[2] Os casos que apresentam valores negativos no período em questão são devoluções financeiras dos centros de pesquisa e/ou executores que somam um montante maior do que o valor repassado a instituição no mesmo período.

Identificação do Projeto	Código ANEEL	Título Completo	Resultado esperado	Empresa/ Concessão	Valor Realizado no Ano (R$)
Polímeros	0447/2011	de Metodologia de Caracterização e de Modelo Preditivo para o Comportamento e Envelhecimento de Materiais Poliméricos Utilizados no Setor Elétrico	metodologia de caracterização de polímeros utilizados em redes de distribuição compactas, com a criação de um Banco de Dados com conjunto de materiais poliméricos para especificação, seleção e uso de materiais poliméricos em redes de distribuição compactas e Desenvolvimento de modelo preditivo do comportamento e envelhecimento dos materiais poliméricos; tendo como variável-resposta a vida útil dos materiais nos equipamentos e componentes instalados no sistema.		

Identificação do Projeto	Código ANEEL	Título Completo	Resultado esperado	Empresa/ Concessão	Valor Realizado no Ano (R$)
0032-Vant	PD-4950-0472/2011	Desenvolvimento de Sistema de Inspeção de Linhas de Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica Utilizando Processamento de Imagens Obtidas por VANT	Desenvolver uma metodologia e de um protótipo para inspeção de LT's baseada no sensoriamento remoto embarcado em aeronaves não tripuladas e no processamento de imagens térmicas utilizando algoritmos de visão computacional. O projeto está sendo desenvolvido em parceria com a CEMIG, que é a proponente do mesmo.	Taesa TSN	6.452,00
0033-Super Cabo	PD-4950-0712/2011	SUPERCABO - Desenvolvimento de Tecnologia de Cabos Supercondutores de Alta Temperatura para Sistemas Elétricos de Potência	Projeto estratégico da ANEEL – Chamada 0006/2008, cujo principal objetivo é projetar, simular, construir e testar em laboratório um protótipo de cabo supercondutor (“CSC”) trifásico de alta temperatura crítica para fluxo de alta potência.	Taesa TSN	104.254,00

Identificação do Projeto	Código ANEEL	Título Completo	Resultado esperado	Empresa/ Concessão		Valor Realizado no Ano (R$)
0034-Jaíba Solar	PE-0394-1113/2011	Arranjos Técnicos e Comerciais para a Inserção para a Inserção da Geração Solar Fotovoltaica na Matriz Energética Brasileira	Desenvolver Projeto de P&D que coordene e integre a geração de novo conhecimento tecnológico em geração fotovoltaica conectada à rede elétrica, exigindo um esforço conjunto e coordenado de várias empresas de energia elétrica e entidades executoras. Construir uma usinar solar fotovoltaica conectada à rede elétrica com capacidade instalada de 3MWp, constituída de diferentes tecnologias.	Taesa	Novatrans	9.647,00
0035-Monitoração Óptica	PD-4951-0461/2011	Sistema para Monitoração Óptica de Descargas Parciais em Buchas de Transformadores de Potência em Subestações	Desenvolver e testar em laboratório e em campo um sistema inovador de sensoriamento, baseado em tecnologia óptica para a detecção de descargas parciais em buchas de transformadores até 500 kV. O projeto está sendo desenvolvido em parceria	Taesa	ETEO	-3.984,00[3]

[3] Os casos que apresentam valores negativos no período em questão são devoluções financeiras dos centros de pesquisa e/ou executores que somam um montante maior do que o valor repassado a instituição no mesmo período.

Identificação do Projeto	Código ANEEL	Título Completo	Resultado esperado	Empresa/ Concessão	Valor Realizado no Ano (R$)
			com a CEMIG, que é a proponente do mesmo.		
0036-Isoladores Poliméricos	PD-0414-0001/2012	Desenvolvimento de Metodologia para Inspeção e Substituição de Isoladores Poliméricos com as Instalações Energizadas	Desenvolver uma metodologia para inspeção de isoladores poliméricos em linhas de 230 e 500 kV, em cadeias ancoragem e de suspensão em "I" e "V", utilizando equipamentos detectores de radiação Ultra violeta(UV), Infravermelho (IR), distribuição de campo eletrostático e medição de corrente de fuga, bem como definir critérios que permitam a substituição deste tipo de isolador com as instalações energizadas com total segurança para os trabalhadores envolvidos no serviço.	Taesa ETEO	199.990,00

Identificação do Projeto	Código ANEEL	Título Completo	Resultado esperado	Empresa/ Concessão		Valor Realizado no Ano (R$)
0037-Polímeros TAESA	PD-2607-0006/2013	Pesquisa e Desenvolvimento de Soluções Poliméricas para Problemas de Impedância Impulsiva em Sistemas de Aterramento de Torres de Transmissão de Energia Extra Alta Tensão	Aperfeiçoamento e testes em campo do material polimérico, produto desenvolvido no P&D 3619-0903-2009, utilizado para corrigir a condutividade de solos junto aos pés de torres de transmissão de energia. Com testes em campo em 48 torres da TAESA.	Taesa Taesa Taesa	ATE Novatrans TSN	208.800,00 223.101,00 708.844,00
0038-Fadiga de Cabos	PD-5012-0001/2013	Fadiga de Cabos Condutores CA, CAA e CAL: Avaliação Comparativa em Termos do Parâmetro H/W e Cálculo de Vida Residual	Desenvolver uma Metodologia para avaliação do uso da relação H/w no projeto contra fadiga eólica de cabos condutores de energia de alumínio puro (CA), de alumínio com alma de aço (CAA) e de alumínio liga (CAL).	Taesa ATE III	ATE2 ATE III	38.145,00 348.667,00

Identificação do Projeto	Código ANEEL	Título Completo	Resultado esperado	Empresa/ Concessão		Valor Realizado no Ano (R$)
0039-Laboratório TAESA	PD-2609-0001/2014	Pesquisa e Desenvolvimento de Sistema de Detecção por Fluorescência de Compostos Dibenzildessulfeto, DBDS e OUTROS Presentes em Óleos Isolantes e de Sistemas de Remoção dos mesmos Via Filtros Ativos.	Desenvolver linhas de pesquisa para detecção e remoção de Dibenzildissulfeto -DBDS, Acetileno e outros compostos químicos usualmente presentes em óleos minerais isolantes	Taesa	NTE	70,00
				Taesa	ATE II	91.337,00
				Taesa	GTESA	15.249,00
				Taesa	Novatrans	964.680,00
				Taesa	PAT	116.926,00
				Taesa	STE	109.704,00
				Taesa	TSN	84.874,00
0040-Ergonomia	PD-2609-0003/2014	Metodologia de inferência computacional visando melhorias no processo de identificação, prevenção e tratamento de doenças ergonômicas e acidentes do trabalho.	Desenvolvimento de software para inferência computacional com aplicação de logica Fuzzy para tratamento de dados obtidos em campo através de estudo psicossocial.	Taesa	ATE3	262.440,00
				Taesa	ETEO	191.000,00
				Taesa	Novatrans	271.075,00
				Taesa	NTE	39.650,00

Identificação do Projeto	Código ANEEL	Título Completo	Resultado esperado	Empresa/ Concessão	Valor Realizado no Ano (R$)
0041-COGMA	PD-5012-0002/2014	Central de Observação, Gestão e Monitoramento de Ativos COGMA Do Levantamento do Estado da Arte à Conceituação da Estrutura Funcional.	Gerenciamento das atividades executadas pelo programa de P&D referente ao ano de 2013	Taesa ATE2	655.627,00

Identificação do Projeto	Código ANEEL	Título Completo	Resultado esperado	Empresa/ Concessão		Valor Realizado no Ano (R$)
9140-PGestão-2014	PG-2607-2014/2014	Projeto de Gestão do Programa de P&D ANO 2014	Gerenciamento das atividades executadas pelo programa de P&D referente ao ano de 2014	Taesa	Novatrans	15.997,00
				Taesa	NTE	24.390,00
				Taesa	TSN	33.163,00
				Taesa	ETEO	34.717,00
				Taesa	ATE II	31.002,00
				ATE III	ATE III	45.556,00
9150-PGestão-2015	PG-2607-2015/2015	Projeto de Gestão do Programa de P&D ANO 2015	Gerenciamento das atividades executadas pelo programa de P&D referente ao ano de 2014	Taesa	ATE	20.386,00
				Taesa	ATE II	5.287,00
				ATE III	ATE III	2.739,00
				Taesa	ETEO	26.661,00
				Taesa	GTESA	2.648,00
				Taesa	MUNIRAH	10.881,00
				Taesa	NTE	3.647,00
				Taesa	Novatrans	64.558,00
				São Gotardo	São Gotardo	321,00
				Taesa	TSN	43.977,00

5. Dimensão Ambiental

O Grupo **TAESA** possui uma política voltada para os aspectos sociais e ambientais de seus empreendimentos, buscando manter um relacionamento ético, respeitoso e saudável com as comunidades do entorno, com o meio ambiente e com a sociedade em geral. Dotada de uma visão ampliada, que vai além do foco econômico-operacional e financeiro, a Companhia entende que seu sucesso organizacional está vinculado também com seu desempenho socioambiental e, por essa razão, considera estratégica a gestão de tais aspectos.

5.1 Sistema de Gestão Ambiental

O Sistema de Gestão Ambiental (SGA), cuja finalidade é a melhoria contínua da eficácia e eficiência de seus serviços e de seu desempenho ambiental, deve prover soluções para a minimização de suas necessidades ambientais através do planejamento, alocação de recursos, atribuição de responsabilidades e avaliação das práticas, procedimentos e processos adotados, em base contínua. O SGA é um processo ininterrupto, participativo e transversal, que atinge diversas áreas da empresa.

O SGA da **TAESA**, aplicável às suas controladas, foi constituído tendo como base as Normas ABNT NBR ISO 14001:2004 e ABNT NBR ISO 14031:2004 – padrões internacionalmente respeitados e reconhecidos.

Descrição

O foco do SGA é garantir, primeiramente, que todos os requisitos legais relacionados ao desempenho das operações da Companhia sejam cumpridos e, posteriormente, que sejam melhorados. A política ambiental da **TAESA** não se restringe ao cumprimento estrito das leis e dos contratos que detém, busca constantemente pelo estabelecimento de metas próprias, preventivas de desempenho ambiental e social (por vezes não abordadas pelos requisitos legais e contratuais). Visa também seguir, voluntariamente, importantes documentos internacionais de proteção ao meio ambiente.

O SGA é composto pela Política Ambiental, pelo Manual de Gestão e por Programas Ambientais e Sociais. Tais documentos estabelecem os objetivos e metas a serem cumpridos, os planos de ação, critérios, indicadores de desempenho, processos de gestão, avaliação, monitoramento e revisão. O Sistema de Gestão Ambiental é aplicado a toda a Companhia e extensível para todo o grupo TAESA, estando todos os seus colaboradores, terceirizados e parceiros submetidos às suas diretrizes, aprimorando a condução de suas tarefas.

A Administração do desempenho socioambiental do **GRUPO TAESA** encontra-se diretamente vinculada à Diretoria Geral.

O órgão principal de gestão do SGA é o Comitê Diretor, composto pelos: Diretor Técnico, Diretor Jurídico e Regulatório, representante do acionista majoritário, Gerente de

Manutenção de Linhas e Subestações e pelo Responsável de Meio Ambiente, sendo este último, o gestor do SGA.

Dentre as atribuições do Comitê Diretor está a avaliação sistemática do SGA que ocorre em intervalos regulares, momento em que são conferidos os seguintes itens: adequação, pertinência, eficácia e eficiência de suas ações.

A revisão é um processo inerente ao SGA e é baseada nas avaliações a partir do monitoramento das atividades realizadas, bem como em situações diferenciadas durante o ano tais como, incidentes ou alterações na legislação. Dessa forma, os processos são revistos e, quando for o caso, adequados para que se alcancem os objetivos e metas previstos no SGA.

Toda a formatação e revisão do SGA são desenvolvidas de maneira participativa, construtiva, chamando as partes interessadas para o diálogo, a fim de que suas demandas e expectativas, atuais e futuras, sejam consideradas e retratadas no processo de estabelecimento das metas e objetivos dos Programas do SGA.

O SGA conta também com processos para identificação e monitoramento das necessidades e expectativas das partes interessadas em relação à Companhia. Tais processos incluem as pessoas na organização, vizinhos da faixa de servidão, proprietários, investidores e potenciais investidores, órgãos reguladores, fornecedores e prestadores de serviço, assim como a sociedade, em geral.

Outro importante aspecto do SGA da **TAESA** reside nos critérios e ações que visam à qualidade do relacionamento com seus colaboradores, terceirizados e parceiros. Para tanto, a Companhia estabeleceu diretrizes comportamentais, a fim de aprimorar continuamente o clima organizacional, contribuindo com o aumento da satisfação e o desempenho individual, isto, baseada nos aspectos: ambientais, sociais, operacionais e econômicos.

Adicionalmente, a Companhia busca o aprimoramento do ambiente de trabalho, aperfeiçoando as condições físicas do espaço compartilhado pelos empregados. Busca também incentivar oportunidades que proporcionem maior participação e envolvimento das equipes, inclusive quanto aos processos de tomada de decisão; proporcionar treinamento contínuo e planejamento de carreira; reconhecendo e recompensando seus empregados.

Com relação aos fornecedores e parceiros, além de proporcionar as melhores condições de trabalho, a Empresa busca constantemente a aproximação e interação com as partes. A Companhia disponibiliza a cooperação técnica para a validação da capacidade e segurança de seus processos, motiva seus fornecedores e prestadores de serviço a implantar programas e ações de melhoria contínua de desempenho ambiental, e verificando periodicamente a conformidade de seus processos, tomando por base os requisitos contratuais assumidos.

Política Ambiental

A Política Ambiental é o documento central do SGA do qual derivam todas as ações gerenciais e operacionais relacionadas aos aspectos ambientais do negócio.

Dentre seus principais compromissos, estão:

1. O cumprimento de todos os requisitos legais;
2. A minimização dos riscos e impactos ambientais;
3. A prevenção da poluição;
4. A preservação dos recursos naturais;
5. O desenvolvimento sustentável;
6. O atendimento das necessidades e expectativas de suas partes interessadas; e
7. A transmissão desses mesmos valores aos seus parceiros e fornecedores**.**

Os programas ambientais e sociais têm como finalidade a tradução da Política Ambiental em diretrizes, planos, ações e estratégias que levem a cabo a sua realização, assegurando assim, o alcance do desempenho ambiental da Companhia.

Tais requisitos são classificados em dois grupos: i) desempenho mínimo – são aqueles de caráter compulsório ou que podem gerar situações de risco elevado; e ii) desempenho – melhoria contínua - relacionados ao atendimento das expectativas das partes interessadas.

Os programas existem para garantir que sejam cumpridos os critérios ambientais pertinentes a todas as fases de condução dos trabalhos do GRUPO **TAESA**, desde a construção, até operação e manutenção das Linhas de Transmissão. Tais critérios são identificados na legislação ambiental pertinente, nas especificações técnicas da condução dos trabalhos e em outros documentos normativos, relacionados aos trabalhos das concessionárias.

Dessa forma, os Programas Sociais e Ambientais contêm uma enorme diversidade de ações e itens a serem controlados e monitorados. Todas as suas etapas são descritas detalhadamente.

Em geral os Programas, contam com os seguintes itens:

- Nome e apresentação do que é o Programa;
- Objetivo;
- Metas a serem verificadas, e seus quantitativos, quando for o caso;
- Possíveis programas de apoio ou transversais;
- Cronograma;
- Metodologia;
- Matriz de autoridade / responsabilidade;
- Indicadores de desempenho;
- Documentos associados;
- Histórico; e
- Público-Alvo.

Ainda na dimensão ambiental é importante mencionar a Compensação Ambiental das concessões de serviços públicos, estabelecida pela Lei Federal; nº 9.985/2000 e regulamentada pelo Decreto nº 4.340/2002 e que, portanto, constitui uma obrigação legal de

todos os empreendimentos causadores de significativo impacto ambiental. Os empreendedores ficam obrigados a apoiar a implantação e manutenção de Unidade de Conservação por meio da aplicação de recursos correspondentes em até 0,5% (alterado pelo Decreto Federal nº 6848/2009) dos custos totais previstos para a implantação do empreendimento. Todas as empresas do Grupo **TAESA** tiveram seus percentuais de investimentos avaliados e aprovados pelos Órgãos ambientais.

Ressalta-se que anteriormente a publicação do Decreto Federal nº 6848/2009, não havia regramento legal que determinasse o limite percentual para investimento em Compensação Ambiental.

O *status* dos contratos/termos relacionados à execução de ações e determinações vinculadas aos projetos de Compensação Ambiental podem ser conferidos abaixo, baseados nos cronogramas estabelecidos pelos Órgãos Ambientais e anexos aos contratos principais.

Linha de Transmissão Sudeste Nordeste

Em relação à Compensação Ambiental, foi assinado com o IBAMA, o Termo de Compromisso datado de 04 de março de 2005, que estabeleceu o investimento pela TAESA (TSN) da quantia total de R$ 6.305.888,76 (seis milhões, trezentos e cinco mil, oitocentos e oitenta e oito reais e setenta e seis centavos) para ser aplicada nas seguintes localidades: (i) Unidades Federais (Parque Nacional da Chapada Diamantina); (ii) Unidades Estaduais (APA de Pouso Alto); e (iii) Unidades Municipais (Parque Municipal do Lavapés no Município de Cavalcante).

Com relação às Unidades Federais, em consonância com disposto no Termo de Compromisso de Aplicação dos Recursos de Compensação Ambiental, celebrado em 28 de abril de 2010 entre a **TAESA** (Concessão 097/2000) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), relata-se que foram quitadas todas as parcelas descritas no referido contrato, totalizando o montante R$5.681.000,00 (cinco milhões, seiscentos e oitenta e um mil reais), cuja aplicação foi destinada ao Parque Nacional Chapada da Diamantina - BA. O ICMBio expediu em 23 de dezembro de 2010 o Termo de Quitação Total do valor acordado entre a **TAESA** (Concessão 097/2000) e o Instituto.

Relativamente às Unidades Estaduais, para a quitação total das obrigações de Compensação Ambiental em relação à Concessão nº 097/2000, o montante determinado foi de R$125.000,00 (cento e vinte cinco mil reais). Em 2014, 98% (noventa e oito por cento) dos investimentos foram devidamente aplicados junto à Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Goiás (SEMARH) de acordo com determinação do ICMBio. O restante do investimento está programado para o exercício de 2016 (aguarda-se a definição de aplicação do saldo pelo Órgão Licenciador), quando a Concessão pleiteará a emissão do Termo de Quitação Integral referente às Unidades Estaduais.

No tocante às Unidades Municipais, o compromisso de Compensação Ambiental está praticamente liquidado, pois já foram aplicados praticamente 99% (noventa e nove por cento) dos investimentos determinados. O restante do investimento está programado para o exercício de 2016 (aguarda-se a definição de aplicação do saldo pelo Órgão Licenciador), quando a Concessão pleiteará a emissão do termo de quitação integral referente às Unidades Municipais.

Linha de Transmissão Camaçari II – Sapeaçu

A **TAESA** firmou com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente da Bahia- SEMA/BA, órgão ambiental estadual da Bahia, um Termo de Compromisso em 05 de dezembro de 2012, por meio do qual ficou estabelecida a quantia de R$ 280.201,25 (duzentos e oitenta mil, duzentos e um reais e vinte e cinco centavos). O investimento do processo está em fase de aplicação e a previsão para cumprimento está prevista para o ano de 2017.

Linha de Transmissão Santa Cruz – Paraíso Açu II

O IDEMA – Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, órgão estadual do Rio Grande do Norte, aprovou o valor de R$177.707,35 (cento e setenta e sete mil, setecentos e sete reais e trinta e cinco centavos), o que correspondeu a 0,73% do valor do empreendimento, a ser aplicado na Unidade de Conservação estadual.

O recurso supra descrito foi integralmente aplicado por meio da aquisição de equipamentos de informática, móveis e um veículo tipo pick-up para a Administração e Núcleo de Unidades de Conservação do IDEMA.

A compensação ambiental referente ao trecho LT Sta Cruz – Paraíso Açu foi devidamente quitada junto ao Órgão Ambiental, sob o número 02/2004 de 19 de julho de 2004.

Linha de Transmissão Goianinha – Mussuré II

O IBAMA aprovou o valor de R$105.850,00 (cento e cinco mil, oitocentos e cinquenta reais), 0,73% do valor do investimento, a ser aplicado na Unidade de Conservação abaixo descrita.

- Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha – PE

Semelhante ao trecho LT Sta Cruz – Paraíso Açu, destaca-se que a compensação ambiental do trecho LT Goianinha – Mussuré II, foi devidamente quitada junto ao Órgão ambiental, sob o número de processo 02001.001174/2005-28 de 04 de agosto de 2006.

Linha de Transmissão Norte Sul II

A **TAESA** – Concessão 095/2000, em relação ao IBAMA, cumpriu com todas as obrigações de Compensação Ambiental cuja aplicação em Unidades de Conservação nos estados por onde passa a LT Norte-Sul II totalizou R$ 6.042.000,00 (seis milhões e quarenta e dois mil reais). O Termo de Quitação está em fase de celebração, previsto para ser emitido em 2016.

Unidades beneficiadas com recursos de Compensação Ambiental da TAESA (Novatrans):

- Reserva Biológica de Gurupi – MA
- Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins – TO

- Parque Nacional Nascente do Rio Parnaíba – PI/MA/TO/BA
- Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros – GO
- Área de Proteção Ambiental do Descoberto – DF
- Parque Nacional do Itatiaia – RJ

Em relação a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), foi aprovado o valor de R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) para aplicação, a título de Compensação Ambiental, para beneficiar a Comunidade Indígena Avá Canoeiro, tendo em vista que o empreendimento gerou interferência na área desta Comunidade. O cumprimento das obrigações está previsto para ser finalizada ano de 2017, uma vez que o Termo de Compromisso foi publicado em fevereiro de 2016 com prazo de um ano para a concretização das ações.

Linha de Transmissão Assis - Sumaré

- Estação Experimental e Ecológica de Assis – SP

A compensação foi efetivada por meio da recuperação de uma área de 68,44 ha., com o plantio de 116.348 mudas de árvores de espécies nativas na Estação Experimental e Ecológica de Assis, vinculada ao Instituto Florestal de São Paulo. A ETEO quitou todos os seus compromissos relacionados à compensação ambiental (Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental Nº 001/01 (TCRA)), através do Ofício ETPP 025/2.005.

Linha de Transmissão Colinas – Marabá e Carajás – Itacaiúnas

A Compensação Ambiental referente a Licença de Operação nº 5123/2010, emitida pela Secretaria do Meio Ambiente do estado do Pará – SEMA/PA, foi integralmente aplicada pela ATE III na quantia de R$ 1.261.793,00 (um milhão duzentos e sessenta e um mil, setecentos e noventa e três reais). Estima-se que o termo de quitação seja expedido no ano de 2016.

Linha de Transmissão Itacaiúnas – Colinas

Em relação a Compensação Ambiental referente a Licença de Operação nº 753/2008, o IBAMA definiu as unidades gestoras para a efetiva realização do investimento. Dessa forma, esta obrigação está em fase de cumprimento. Estima-se que as obrigações sejam liquidadas até o ano de 2017.

Linha de Transmissão Londrina – Araraquara.

A ATE concluiu até dezembro de 2014, 90% (noventa por cento) de sua obrigação em relação a Compensação Ambiental do total destinado de R$ 1.849.446,95 (um milhão, oitocentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e quarenta e seis reais, noventa e cinco centavos). Espera-se em 2016, a conclusão do investimento e a consequente solicitação da emissão do Termo de Quitação Total pelo órgão correspondente.

Linha de Transmissão Colinas – Sobradinho.

Em 09 de julho de 2008, a ATE II obteve a quitação da Compensação Ambiental pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio no total de R$ 2.420.535,00 (dois milhões quatrocentos e vinte mil, quinhentos e trinta e cinco reais).

Em 2012, a ATE II investiu R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) junto ao Parque Estadual do Mirador, no Estado do Maranhão.

Assim, a destinação do valor total de R$ 2.820.535,00 (dois milhões, oitocentos e vinte mil, quinhentos e trinta e cinco reais), destinado à Compensação Ambiental em relação ao empreendimento, foi devidamente cumprido, somente aguarda-se a emissão do termo formal de quitação que está previsto para o ano de 2016.

Linha de Transmissão Xingó – Angelim II

O ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, aprovou o valor de R$577.179,00 (quinhentos e setenta e sete mil, cento e setenta e nove reais) para aplicação na Reserva Biológica de Pedra Talhada.

O desembolso foi realizado pela NTE junto à Caixa Econômica Federal, no valor acima descrito, por meio de depósito identificado em Conta de Compensação Ambiental em atendimento ao Termo de Compromisso firmado com o ICMBio.

Desta forma, a compensação ambiental referente à LT Xingó – Angelim II foi devidamente quitada junto ao Órgão Ambiental. O Termo de Quitação Integral foi emitido, pelo ICMBio, em 11 de Janeiro de 2011.

Linha de Transmissão Angelim – Campina Grande II

Semelhante ao trecho LT Xingó – Angelim II, destaca-se que a compensação ambiental do trecho LT Angelim – Campina Grande II, também foi devidamente quitada junto ao Órgão Ambiental. O Termo de Quitação Integral foi emitido, pelo ICMBio, em 28 de Abril de 2010.

O desembolso efetivado junto ao ICMBio, totalizou o montante de R$ 293.950,52 (duzentos e noventa e três mil, novecentos e cinquenta reais e cinquenta e dois centavos), que foram aplicados na Reserva Biológica de Saltinho, em atendimento aos Termos de Compromisso celebrados.

Linha de Transmissão Uruguaiana – Santa Rosa

A STE está aguardando a conclusão do Plano de Trabalho pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) para firmar o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental. Assim, estima-se que o investimento de R$ 181.046,13 (cento e oitenta e um mil quarenta e seis reais e treze centavos) seja concluído até o ano de 2017.

5.2. Programas ambientais

São descritos a seguir os programas desenvolvidos pela TAESA:

Programa de Gestão de Resíduos – PGR

Os resíduos, produzidos nos escritórios da LT e SE's são, em sua grande maioria, do tipo Classe II B - Inertes e são coletados pelas Prefeituras Municipais. O Programa de Gestão de Resíduos tem como objetivo central a definição de diretrizes para o gerenciamento dos resíduos sólidos resultantes dos processos de operação da Companhia (coleta, manuseio e embalagem, armazenamento temporário, transporte, tratamento e disposição final). Tal programa é voltado tanto para colaboradores diretos, como para prestadores de serviços.

Dentre os objetivos específicos, destacam-se:

- O atendimento às exigências da legislação vigente;
- A eliminação/minimização dos riscos ambientais, prevenção da poluição, preservação dos recursos naturais e atendimento às necessidades e expectativas das partes interessadas.

Obs: No relatório do último período houve um erro de digitação no quantitativo final de Resíduos Gerados, portanto não foram geradas 4.188,33 toneladas e sim 48, 75 toneladas.

Programa de Manutenção das Vias de Acesso e da Faixa de Servidão

O Programa de Manutenção das Vias de Acesso e da Faixa de Servidão objetiva a verificação preventiva e identificação de não conformidades de natureza ambiental nas áreas localizadas em vias de acesso, nas praças das torres e na faixa de servidão.

Adicionalmente, deve-se realizar a adoção, execução, fiscalização, monitoramento e aprovação das ações corretivas relacionadas. Necessário ainda, a recuperação de todas as áreas que tenham sofrido algum tipo de alteração nas suas características, a fim de que o local da interferência volte a ter uma condição próxima da existente, antes da realização das intervenções.

Nesse sentido o Programa prevê ações conservacionistas, cujas metas são:

- A recomposição topográfica; e
- A recomposição florística e paisagística das áreas identificadas.

O foco das principais ações adotadas reside:

- no preparo do solo; e
- no restabelecimento da vegetação.

Em relação à recomposição florística e paisagística, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

- Utilização de espécies nativas da região;
- Adoção de modelos de plantio baseados na sucessão ecológica;

- Utilização de espécies arbustivas e herbáceas (preferencialmente leguminosas) de ciclo anual para recobrimento imediato do solo; e
- Utilização de espécies arbóreas de rápido crescimento para recuperação da área o mais breve possível.

Os resultados esperados dessas ações devem ser:

- Estabilidade do solo;
- Condições para tráfego de pessoal e equipamentos para manutenção da Linha de Transmissão;
- Estabilização dos processos erosivos;
- Aspectos paisagísticos similares à área do entorno;
- Sistemas eficientes de drenagem superficial.

O Programa de Manutenção das Vias de Acesso e da Faixa de Servidão é realizado em 4 (quatro) fases distintas: (a) planejamento; (b) implantação; (c) monitoramento e (d) manutenção.

Abaixo citamos as principais ações realizadas durante as fases de Implantação e de Manutenção.

I - Implantação

- Recomposição topográfica;
- Amenização dos taludes e reafeiçoamento do terreno;
- Adequação da drenagem superficial;
- Proteção de taludes e bermas;
    - Telas Georreforçadoras;
    - Mantas/telas Vegetais Biodegradáveis;
    - Bermalongas;
    - Almofadas;
- Revegetação;
- Preparo do solo; e
- Seleção de espécies.

II - Manutenção dos Plantios Efetuados

- Cercamento da área;
- Irrigação;
- Controle Fitossanitário;
- Roçada e Coroamento;
- Reposição das mudas; e
- Adubação de cobertura.

II. i - Telas Georreforçadoras

Consiste em malha vegetal flexível de materiais fibrosos, resistentes e entrelaçados, amarradas com fios de aço para garantir sua estabilidade. Este material proporciona

reforço mecânico para o solo até o desenvolvimento do sistema radicular da vegetação. É constituída de produtos totalmente biodegradáveis.

II. ii - Mantas/telas Vegetais Biodegradáveis

São estruturas biotêxteis orgânicas compostas de materiais fibrosos picados (mantas) ou inteiros (telas), entrelaçados entre si por uma malha de fios têxteis vegetais resistentes ou biodegradáveis (telas).

Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD

O Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD objetiva a realização de ações corretivas associadas às não conformidades identificadas durante o processo de vistoria.

Destaques dos Indicadores de Desempenho:

- Área total recomposta, por tipo de vegetação introduzida (gramíneas, leguminosas forrageiras e espécies arbóreas nativas em plantios heterogêneos);
- Área total revegetada, por praças e por canteiro de obras;
- Número de intervenções adotadas, por tipo de intervenção (canais de desvio de drenagem, muros de proteção, caixas de dissipação de energia, telas georreforçadas, mantas e telas biodegradáveis, bermalongas e almofadas); e
- Número de intervenções emergenciais adotadas.

A recuperação de área degradada pode ser realizada implantando-se drenagens superficiais, dissipadores de energia e revegetação com espécies da própria região.

Os recursos financeiros aplicados a este programa estão englobados nos custos de manutenção das instalações das Empresas.

Programa de Acompanhamento de Ações em Terras Indígenas

Acompanhamento de ações gerenciais de recuperação, manutenção ou qualquer outra ação em Terras Indígenas;

Programa de Corte Seletivo e Poda de Vegetação

Propõe atividades de corte e poda de vegetação, visando garantir a segura operação da linha em acordo com a legislação.

Programa de Monitoramento da Fauna

Tratamento das observações de indivíduos mortos na faixa de servidão, ninhos de aves, formigueiros e colmeias.

Programa de Interferências em Áreas Minerárias

Objetiva identificar e quantificar jazidas e propor soluções e alternativas quanto à indenização e/ou relocação das unidades atingidas ou sua renúncia;

Programa de Estudos e Preservação do Patrimônio Arqueológico

Visa gerenciar os estudos arqueológicos, considerando a pesquisa em espaços destinados a implantação das linhas de transmissão, além da identificação de sítios, o salvamento arqueológico e atendimentos especiais em áreas de alta relevância;

Programa de Monitoramento dos Efeitos Elétricos, Magnéticos e do Ruído

Consiste no gerenciamento desses efeitos através da realização de medições e da análise dos resultados obtidos;

Programa de Compensação Ambiental

Objetiva diligenciar as ações de repasse de recursos financeiros como forma de compensação aos impactos ambientais decorrentes da implantação das linhas de transmissão.

Programa de Treinamento Ambiental

Promove a capacitação dos envolvidos no SGA, através da aprendizagem e do conhecimento, adotando como princípio o fato de que são as pessoas que compõem o instrumento principal para se atingir a conformidade e a satisfação do programa.

Programa de Uso e Ocupação da Faixa de Servidão

O Programa de Uso e Ocupação da Faixa de Servidão consiste no relato, incentivo e estabelecimento de um melhor uso da faixa de servidão.

Programa de Percepção de Interferências Elétricas

Consiste em identificar, analisar e validar a percepção da população próxima à linha de transmissão, quanto aos efeitos operacionais da linha;

Programa de Acompanhamento de Indenizações e Relocações

Este programa visa acompanhar e monitorar as atividades relacionadas a indenização e relocação.

Programa de Saúde e Segurança do Trabalho

Visa a conscientização constante com relação a segurança no trabalho. É cultura da Diretoria a busca das melhores e mais seguras práticas de trabalho; identificação do problema, suas causas e a adoção de bloqueios visando impedir ocorrências com causas

semelhantes**.** É meta da **TAESA** a busca constante do indicador Zero de acidentes de qualquer Natureza.

Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental.

Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental 2015								
Campanhas por tipo de mídia, temas e quantitativos de ações realizadas								
Temas	**Rádio**	**Jornal**	**Material gráfico**	**Atendimento 0800**	**Contatos com a população**	**Visitas a escolas**	**Visitas a lideranças locais**	**Reuniões palestras**
Prevenção de Queimadas, Consequências de atos de sabotagem (vandalismo), Gestão de Resíduos, uso e ocupação da faixa, convívio seguro c/ a LT, Boas Praticas Ambientais e divulgação do Nº 08007016682 da Companhia e 0800618080 Linha verde do IBAMA.	Total de 25 rádios de grande alcance Regional foram contratadas, realizando no mínimo 3 chamadas ao dia com 40 segundos de duração cada (manhã, tarde e noite).	Houve a distribuição de 8.108 unidades do Jornal da Linha.	Foram distribuídas 11577 cartilhas, 3.373 cartazes, 3.399 jogos pedagógicos, 10.504 adesivos, 11.064 folders, 69 DVD's (Na Trilha da Energia), 3.883 cadernos, 181 jogos energia, 7.340 camisetas temáticas e 10.043 bonés temáticos.	04	3876 pessoas foram entrevistadas através da aplicação de enquetes.	Das 505 escolas cadastradas, foram visitadas 94 escolas em áreas mais criticas, em 113 municípios, 3.231 propriedades rurais, com um público total de 14877 pessoas.	Foram realizados 109 contatos institucionais.	99 palestras realizadas
Temas diversos (DST, outros)	As informações sobre o Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental correspondem a 01 Campanha, o que inclui atividades realizadas de 01/04/2015 até o dia 31/12/2015.							4 Reuniões

As empresas do Grupo **TAESA** desenvolvem Programas de Comunicação Social e Educação Ambiental envolvendo as comunidades vizinhas às suas instalações.

Os temas abordados nas campanhas do programa de Comunicação e Educação Ambiental foram: queimadas, vandalismo, destinação adequada de resíduos, uso e ocupação da faixa de servidão, convívio seguro com a LT e divulgação do número de telefone **0800-701-6682** da TAESA e o número **0800-61-8080** da Linha Verde do IBAMA. Além desses temas, foram abordadas outras problemáticas tais como: Doenças Sexualmente Transmissíveis e outros assuntos de interesse geral.

Os recursos financeiros aplicados estão englobados nos custos de manutenção das instalações da Companhia.

Unidades de	Resultados		Comentários
Poda	Volume de resíduos gerados em m³ por mês	TAESA: Aprox. 58 m³/mês	Todo o material lenhoso acima de 10 cm de diâmetro (DAP) foi entregue ao proprietário para aproveitamento, sendo que a galhada fina é repicada e espalhada fora da faixa de servidão no intuito de acelerar a biociclagem.
Incêndios de queimadas	Número de ocorrências de área degradada por queimadas por ano	TAESA: 40 desligamentos por suspeita de queimada.	A grande maioria das queimadas que ocorrem ao longo do traçado da LT têm sua origem fora das faixas de servidão e acabam se tornando incêndios florestais. A grande maioria das queimadas possui origem voluntária e criminosa.
Vazamento de óleo	Pontos de vazamento por mês	03 vazamentos em 12 meses	No ano de 2015 nas SE's da TAESA ocorreram 03 sinistros em que houve explosão do equipamento e consequente vazamento e aspersão por meio de respingos de óleo mineral isolante nas SE's Araraquara (ATE I), Colinas (ATE II) e Marabá (ATE III). Situação adequada conforme preconiza legislação Vigente.

Dimensão Ambiental	
Indicadores Ambientais	
Concessão	**TAESA**
Geração e tratamento de resíduos	**Ano-Base 2015**
Resíduos Sólidos	
Quantidade anual (em toneladas) de resíduos sólidos gerados (lixo, dejetos, entulho, etc.)	80,2
Uso de recursos no processo produtivo e em processos gerenciais da organização	**Ano-Base 2015**
Consumo de Energia por fonte (kWh):	
-Hidrelétrica	0
-Combustíveis fósseis (Litros)	449065
Consumo Total de Energia (em KWh)	4.521.608,78
Consumo total de combustíveis fósseis pela frota de veículos da empresa por quilômetro rodado	0,1300598
-Diesel	0,1433116
-Gasolina	0,1051680
-Consumo total de água por fonte (m³)	
-Abastecimento (rede pública)	4.305,65
-Fonte subterrânea (poço)	195
-Captação superficial (cursos d'água)	0
-Consumo de água por empregado (m³/ano)	9,44
Educação e conscientização ambiental	**Ano-Base 2015**

Educação ambiental - Comunidade - Na organização	
Número de empregados treinados nos programas de educação ambiental	168
Percentual de empregados treinados nos programas de educação ambiental/ total de empregados	36,8%
Número de horas de treinamento ambiental / total de horas de treinamento	0,28
Educação Ambiental - Comunidade	
Número de unidades de ensino fundamental e médio atendidas	94
Percentual de escolas atendidas / número total de escolas da área de concessão	18,61
Número de professores capacitados	1562
Número de pessoas atendidas	14877